



Plano de Atividades e Orçamento 2023







Índice

I. Mensagem da Bastonária	5
II. Enquadramento jurídico	7
III. Missão, visão e valores	8
IV. Ética, transparência e responsabilidade	9
V. Princípio da qualidade	10
VI. Análise SWOT	11
VII. Dinamização das representações	12
VIII. Órgãos sociais para o quadriénio 2022-2025	13
IX. Estrutura interna	17
X. Vetores estratégicos	18
XI. Atividades e projetos para 2023	20
XII. Orçamento participativo	44
XIII. Conclusões	45
XIV. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2023	46
XV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2023	71



I. Mensagem da Bastonária

«Sem visão, as organizações não têm possibilidade de criar o seu futuro, só podem reagir a ele.»

Jim C. Collins/Jerry I. Porras

Em 1759, o Marquês de Pombal criou a Aula do Comércio. Este foi o primeiro estabelecimento de ensino da contabilidade criado, oficialmente em Portugal, com dinheiros públicos. Passados 263 anos, a 21 de setembro, no dia nacional do contabilista certificado, e no ano em que se assinalam os 25 anos de inscrição na Ordem dos Contabilistas Certificados, tive a honra de entregar a 4.669 colegas uma medalha comemorativa dos seus 25 anos de inscrição na Ordem. Igual honra tive quando nas semanas seguintes, por todo o país, entreguei pessoalmente a mesma medalha a mais de dez mil colegas.

Este ato, esta comemoração, comporta um simbolismo e mensagem enorme. A medalha é símbolo de 25 anos de muito trabalho, dedicação, abnegação, sacrifício; 25 anos de grande criação de valor, imensurável apoio à nossa economia; é, pelo menos, um quarto de século a trabalhar em prol do desenvolvimento da nossa sociedade. Esta medalha é símbolo de orgulho, de vaidade e demonstra o valor e interesse público de toda uma classe profissional, cada vez mais fundamental à economia e à sociedade civil.

Uma classe unida, solidária, forte, que hoje enfrenta os desafios, motivada e entusiasmada, já que se encontra cada vez mais preparada tanto pessoal como profissionalmente e sabe que a seu lado, sempre que necessário, pode contar com a sua Ordem profissional para ajudar, encaminhar e orientar para o sucesso pessoal e profissional de cada colega.

Ainda há dias, o Parlamento Europeu aprovou novas regras de relato para as empresas nacionais, novas regras que obrigam as empresas a disponibilizar informação sobre aspetos ambientais, sociais e da sua *governance*. Este relato não financeiro ou relato de sustentabilidade, que se aplicará obrigatoriamente a cerca de 50.000 empresas ao nível da União Europeia, aplicar-se-á, na prática, a toda a cadeia de valor destas empresas pelo que, tanto grandes como pequenas e médias empresas, encontram-se agora obrigadas a relatar sobre aspetos que extravasam o meramente financeiro.

Foi sobre a sustentabilidade e relato não financeiro que nos debruçámos no 7.º Congresso dos Contabilistas Certificados, alargando horizontes, despertando consciências, informando e capacitando os contabilistas certificados para a nova realidade do exercício da profissão; uma realidade em que teremos de produzir



relatos não financeiros, em que nos teremos de debruçar sobre os aspetos ambientais, sociais e de *governance* dos nossos clientes.

Hoje, não somos meros homens e mulheres de contas, mas homens e mulheres integrados na dinâmica de uma sociedade em constante mudança.

Somos uma profissão de interesse público, e isso significa que no exercício das nossas funções, o trabalho que produzimos influencia toda a sociedade nos seus mais variados interesses, isto é, financeiros, ambientais, sociais, de boa gestão, familiares e lúdicos.

Por isso, temos de nos preocupar também com as consequências que o nosso trabalho tem nos mais diferentes níveis, perspetivas e setores da sociedade. Temos e devemos querer ter ainda mais responsabilidade ambiental, social e de boa gestão.

Encontramo-nos assim numa fase de transição, em que chegámos ao fim, com enorme sucesso e capazes de transformar obstáculos em oportunidades.

Ao longo dos desafios da digitalização e da pandemia, em que poderíamos ter sido engolidos pelas gigantescas dificuldades com que nos deparámos, estivemos à altura, mostrámos estar presentes e essa presença foi sentida e reconhecida por toda a sociedade. "Experiência e dedicação dos contabilistas"; "Verdadeiro serviço público"; "Contabilista Certificado: um tradutor, um intérprete, um tutor"; "A peça essencial nos apoios públicos"; "Ajuda fundamental no mar de novas regras"; "Contabilistas são um pilar de confiança"; "Parceiros imprescindíveis"; "Apontar caminhos, propor soluções"; "À altura das responsabilidades e dos desafios"; "Profissionais transmitem confiança"; "Uma profissão que garante rigor e transparência", são apenas alguns dos depoimentos que, na primeira pessoa, alguns dos mais importantes representantes institucionais do nosso país utilizaram para adjetivarem, agradecerem e reconhecerem o nosso esforço, durante toda a pandemia.

Nestes últimos três anos, mostrámos ser capazes de superar qualquer desafio. Reinventámos a nossa profissão. Reorganizámo-nos. Reforçámos o nosso interesse público. Triplicámos a nossa reputação. Reposicionámo-nos e hoje, melhor que nunca, podemos olhar em frente conscientes e motivados que, por maior que seja o desafio, temos as ferramentas necessárias para o ultrapassar.

E se ontem o desafio era a revolução digital e a pandemia, hoje é a sustentabilidade e o relato não financeiro. É este o mote do futuro do nosso trabalho, é este o desafio que a sociedade civil exige de nós. A nossa resposta? Estou certa que será positiva e que, enquanto classe, conseguiremos novamente afirmar o interesse público da nossa profissão e o nosso valor, enquanto agentes de uma economia e sociedade em constante evolução.

Paula Franco, bastonária

II. Enquadramento jurídico



A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, pelo aditamento da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro e pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho. Sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de Contabilista Certificado, ascendem, à presente data, a 67.507 membros com inscrição ativa, dos quais 36.707 são mulheres e 30.800 homens, contando ainda com mais 2.322 membros com inscrição suspensa, o que totaliza 69.829 membros.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), pela Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, pelos regulamentos da Ordem, pelo Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo, a sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

A Instituição tem sede na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 45, em Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, bem como nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

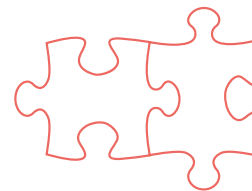
A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos seus órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispondo de um quadro de competências que pretende o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: Assembleia representativa; Assembleia geral eleitoral; Bastonário; Conselho diretivo; Conselho jurisdicional; e Conselho fiscal.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo "elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte." Nesse sentido, tendo legitimidade e dentro dos prazos previstos, o Conselho Diretivo apresenta o Plano de Atividades e Orçamento para 2023 (PAO 2023).

O plano de atividades é o documento que reflete o pensamento sobre o que será a ação num ciclo anual e representa para o Conselho Diretivo um compromisso perante todos os membros da Ordem e demais interessados na profissão de Contabilista Certificado.



III. Missão, visão e valores



MISSÃO

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse Público da profissão e dos seus profissionais.

VISÃO

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

VALORES

Competência | Confiança | Excelência | Integridade
Lealdade | Rigor | Sustentabilidade | Transparência.

IV. Ética, transparência e responsabilidade

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, não podendo, em momento algum, violar tais normativos, devendo sempre ser um exemplo-mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, nunca podendo esquecer, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e, subsidiariamente, para com a sociedade civil.





V. Princípio da qualidade

A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e na intrínseca interligação entre colaboradores, membros e órgãos sociais, tendo sempre por base uma comunicação, gestão e definição estratégica transparente e honesta.



VI. Análise SWOT*

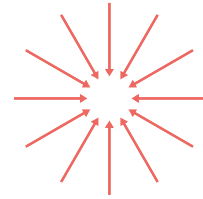
S	W
O	T

<p style="text-align: center;">FORÇAS</p> <ul style="list-style-type: none">• Competência técnica• Processo célere de resposta aos membros• Capacidade formativa e disponibilização de aplicações• Apoio e proximidade aos membros• Representações em todas as capitais de distrito• Preocupação social com os membros• Reconhecimento político e social• União da profissão	<p style="text-align: center;">FRAQUEZAS</p> <ul style="list-style-type: none">• Captação e atração de jovens para a profissão• Relacionamento ético e deontológico entre os membros• Inadequação das instalações de determinadas representações• Processos e procedimentos não desmaterializados• Baixos honorários/avenças• Falta de contabilistas especialistas
<p style="text-align: center;">OPORTUNIDADES</p> <ul style="list-style-type: none">• Reconhecimento e valorização profissional pelo poder político e sociedade civil• Transformação digital• Contabilidade pública (SNC-AP)• A sustentabilidade empresarial• Aumento de competências• Plano de Recuperação e Resiliência	<p style="text-align: center;">AMEAÇAS</p> <ul style="list-style-type: none">• Instabilidade legislativa• Crise económica, financeira e social mundial• Desregulação profissional• Envelhecimento dos profissionais• Política concorrencial dos membros

*Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)



VII. Dinamização das representações



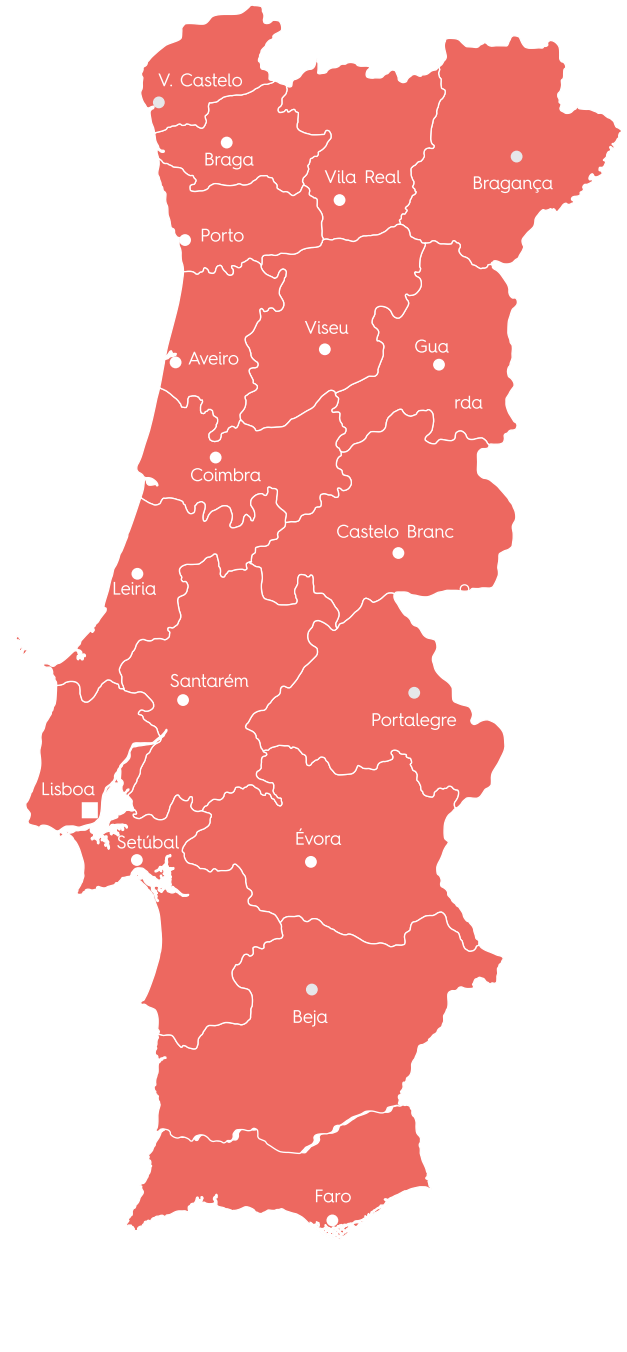
Em 2022, iniciámos um plano de desenvolvimento e melhoria das representações, dotando-as de meios técnicos que têm vindo a permitir que os membros possam usufruir, presencialmente ou por meios telemáticos, de atendimento técnico nas diversas áreas.

Mantemos a disponibilização gratuita aos membros de espaços de trabalho e salas de reuniões em todas as representações da Ordem, promovendo as melhores condições de saúde e bem-estar aos contabilistas certificados.

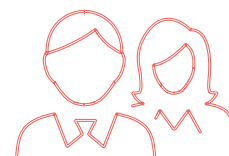
Indo ao encontro dos anseios dos membros, foi também inaugurada a nova representação de Braga, cuja aquisição foi efetuada com capitais próprios da Ordem. Neste espaço, com condições únicas, é propósito do Conselho Diretivo iniciar a construção de um auditório para 600 pessoas.

Tendo sido também adquirido em 2021 o imóvel para a instalação da representação de Viana do Castelo, é nossa pretensão iniciar as obras necessárias à adaptação do espaço, estando em curso a aprovação camarária para a construção de um auditório com capacidade para 120 pessoas.

A existência de representações em todos os distritos do país permite que os contabilistas certificados disponham, perto de si, de todos os serviços da Ordem no apoio à resolução dos mais variados assuntos profissionais. Queremos ainda que estes espaços sirvam não só como locais de formação e apoio aos membros, mas também, que sejam locais de estudo, *networking*, convívio e de bem-estar.



VIII. Órgãos Sociais do quadriénio 2022-2025



CONSELHO DIRETIVO

	Bastonária	Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco
	Vice-presidente	Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa
	1.º vogal	Ana Cristina Pena Silva
	2.º vogal	Manuel Madeira Teixeira
	3.º vogal	Helena Cristina Almeida da Costa
	4.º vogal	Álvaro Jorge da Silva Costa
	5.º vogal	Pedro Nuno Mendes Ferreira

CONSELHO JURISDICIONAL

	Presidente	Eugénio Lourenço da Silva Faca
	1.º vogal	Rita Gonçalves Cordeiro
	2.º vogal	Mário Paulo Baptista Cabêda
	3.º vogal	Maria Clara Roque Jesus Oliveira
	4.º vogal	Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano



CONSELHO FISCAL



Presidente

Mário da Cunha Guimarães



Vogal

Raquel Vandra da Mota Pinto



ROC

Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes

MESA DA ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA



Presidente

Carlos José Castro Alexandre



Vice-presidente

Aníbal José de Sousa



1.º secretário

Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho



2.º secretário

Rita das Neves Marques

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Círculo dos Açores

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro

Isabel Maria Borges Freitas

Círculo de Aveiro

Andreia Raquel Martins Almeida

Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela

Daniel Filipe Moreira Lopes

João Luís Morcela Rodrigues dos Reis

Pedro Nuno Bastos Lima

Susana Maria da Costa Neves

Círculo de Beja

Luís Miguel de Carvalho Medeiros

Maria Ana Mourão Sargento

Círculo de Braga

Anabela de Jesus Meireles Teixeira Guimarães
José Soares Roriz
Eva Maria Ferreira Salgado
Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira
Manuel Cruz Gonçalves
Osvaldo Carlos de Sousa Neves

Círculo de Bragança

Aníbal José de Sousa
Maria João Gonçalves Rodrigues

Círculo de Castelo Branco

António Mendes Pinto
Maria Helena Fernandes Lopes

Círculo de Coimbra

Cristina Sofia Batanete Frade Freire
Fernando Emanuel Pimenta Girão
Sílvio Carvalho Vilão

Círculo de Évora

Ana Margarida Mochila Melro Barreto
António Manuel dos Santos Nabo

Círculo de Faro

Carlos Manuel Pera Nunes
José Alberto de Brito Pereira
Lizabete Maria Correia de Sousa Sequeira

Círculo de Guarda

Amâncio Fernandes Antunes
Rosa Maria da Silva Dias

Círculo de Leiria

António Cerejo Moreira Caseiro
Leonel Mendes Francisco

Rita das Neves Marques
Vanda Filipa da Conceição Sousa

Círculo de Lisboa

Ana Filipa Coelho Xavier de Basto
Ana Margarida Luís Apolinário
António de Jesus Nunes
Carlos José Castro Alexandre
Daniel Pedro de Matos Albuquerque
Dulce Cristina Ribeiro Pereira
Lídia Isabel Ferreira Vieira
Maria Diotilde Jesus Mateus Videira de Araújo
Maria José Almeida
Maria Teresa Eva das Neves
Mónica Sofia Duarte Marçal
Nelson Alexandre Ferreira
Paulo Alberto Vieira Correia Gomes
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Pedro Nuno Ramos Roque
Rui Manuel Machado Ferreira
Susana Maria Fernandes Pereira
Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente
Vítor Lino Soares Martins

Círculo da Madeira

Ana Margarida Brazão Escórcio
João Manuel dos Ramos

Círculo de Portalegre

Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo
Paulo Alexandre Vivas Castanho

Círculo do Porto

António Jorge Gomes de Azevedo
Bruno Alexandre da Rocha Silva
Carlos Alexandre Quelhas Martins
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho
Júlia Paula da Silva Jardim Martins



Patrícia Daniela Rodrigues Dias Esteves
Paulo Jorge Seabra dos Anjos
Rosa Branca Pinto Areias
Rui Jorge Saavedra Magalhães
Rui Marcelo Lima de Oliveira Santos
Sara Manuela Miranda Pinto Cruz
Vítor Manuel Silva Oliveira

Círculo de Santarém

Ana Margarida Rodrigues Silvestre
Carlos Manuel Boavida Ferreira
Manuel Joaquim Borrvalho Ramalho

Círculo de Setúbal

Alfredo de Jesus Alves
Ana Margarida Ferreira Traquino
Carla Isabel Marques Pereira
Carlos Augusto Cordeiro de Sousa
Manuel Anastácio Teles de Matos
Maria Lúcia Bárbara Quendera

Círculo de Viana do Castelo

António José dos Prazeres Faria Luciano
Maria Deolinda Rufino Viana Correia

Círculo de Vila Real

António Carlos Gomes Dias
Maria João Pinto Borges

Círculo de Viseu

Angélica Maria de Jesus Franco Fernandes
Paulo Jorge dos Santos Marques

IX. Estrutura interna

Competência, responsabilidade, capacidade de resposta, altruísmo e agilidade, são estas as características comuns a todos os colaboradores da Ordem, por forma a que os vários serviços e departamentos consigam, nas mais variadas áreas, responder a todas as necessidades dos contabilistas certificados e demais interessados.



Neste sentido, como é nosso apanágio, continuaremos atentos, identificando necessidades e agindo prontamente no sentido de reforçar os pontos ou áreas de apoio aos membros que carecem de reforço. Seja em termos de apoio técnico, jurídico, formativo ou pessoal, continuaremos a melhorar e, dia após dia, a ajuda da Ordem será sempre mais eficiente e de pronta resposta.

Ao presente momento, a estrutura interna da Ordem é constituída por 130 colaboradores, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si.



X. Vetores estratégicos

I) A Ordem dos membros, para os membros e com os membros

O único objetivo da Ordem é servir os seus membros, através da uma eficiente regulação da profissão, disponibilização de ferramentas que apoiam profissional e socialmente os contabilistas certificados e atuam junto dos mais variados agentes, na defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados.

Conciliar a defesa do interesse público da profissão e a defesa dos direitos e interesses dos contabilistas certificados. Esta gestão, que não se pode confundir com sindicâncias ou posições políticas, deve ser sempre executada com transparência, rigor, honestidade intelectual e moral, e focada na criação de valor da profissão.

Este é e será sempre o pilar essencial da gestão da Ordem, pelo que nunca abandonaremos esta visão e, altruistamente, tudo faremos para alcançar os objetivos traçados, em benefício exclusivo dos contabilistas certificados.



II) Reinvenção do Contabilista Certificado

Vivemos num mundo em que os aspetos ambientais, sociais e de *governance* são essenciais para todos os interessados na informação que produzimos. Vivemos um novo paradigma no relato financeiro, o qual compreende uma interligação real da informação financeira com a informação não-financeira, através do relato integrado ou relato não financeiro, isto é, o relato com componentes financeiras, mas também ambientais, sociais e de *governance*. Este novo método de relato representa uma evolução emergente na comunicação empresarial e fornece à organização uma visão a longo prazo virada para o futuro, com recursos humanos altamente qualificados e o auxílio de tecnologias e sistemas de informação.

No passado dia 10 de novembro, em Bruxelas, o Parlamento Europeu adotou novas regras de reporte para as empresas multinacionais. Todas as grandes empresas da União Europeia terão de divulgar dados sobre o impacto das suas atividades nas pessoas e no planeta, bem como quaisquer riscos de sustentabilidade a que estejam expostas. A Diretiva de Relatórios de Sustentabilidade Corporativa (CSRD) adotada, tornará as empresas mais publicamente responsáveis, obrigando-as a divulgar, com regularidade, informações sobre o seu impacto social e ambiental.

As regras começarão a ser aplicadas entre 2024 e 2028: Tratar-se-á apenas de uma realidade na União Europeia? Não. O relato de sustentabilidade é uma rea-

lidade global, atual, presente, que se aplicará a todas as empresas privadas e entidades públicas, incluindo nós, contabilistas certificados, como agentes que criam valor, agentes de confiança e defensores do interesse público, devendo, para o efeito, desempenhar o nosso papel e continuar a contribuir para a construção de um mundo melhor, mais justo, mais igual, em que o respeito pelo meio ambiente e as relações sociais prevalece acima de qualquer outro interesse.

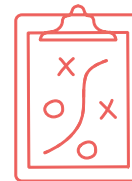
III) Profissão de interesse público

"Construir confiança, permitir a sustentabilidade" é este o lema da visão estratégica da IFAC para o futuro da profissão. Um lema que a Ordem adotou ciente de que o interesse público da profissão e os contabilistas certificados são agentes essenciais num mundo em mudança.

À necessidade crescente de informação mais completa cumpre aos contabilistas certificados abraçar o seu papel na responsabilidade económica, financeira, social e ambiental.

Enquanto criador de valor, dotado de interesse público, deve o Contabilista Certificado procurar desempenhar um papel cada vez mais ativo na construção do paradigma económico e social sustentável, produzindo trabalho que se foque não só no relato financeiro, mas também no relato social e ambiental.

XI. Atividades e projetos para 2023



A) A Ordem dos Contabilistas Certificados

Temos uma Ordem dos Contabilistas Certificados cada vez mais presente e dedicada exclusivamente aos membros, influente política e socialmente, rigorosa, transparente e motivada unicamente para a regulação profissional e criação de melhores condições pessoais e profissionais dos seus membros. A Ordem é hoje a entidade reguladora de uma profissão com maior notoriedade e credibilidade junto do governo, tecido empresarial e sociedade civil. Assinalada e reconhecida pela sua imparcialidade e isenção política, independência e rigor técnico, a Ordem e os contabilistas certificados são sinónimo de inegável participação económica e social no país e na comunidade.

No entanto, existe sempre onde e como melhorar e, querendo sempre o melhor para os membros, em 2023 iremos novamente alocar todos os nossos recursos e esforços na defesa dos contabilistas certificados e no reforço do interesse público da profissão.

Ações previstas:

- Continuar o trabalho de elevação do estatuto social da profissão, atendendo aos conhecimentos técnicos e importância da intervenção na economia e no funcionamento da sociedade civil, em geral;
- Disponibilizar o Livro da Contabilidade, uma obra, com vários capítulos que detalha e apresenta tudo o que os contabilistas certificados e demais interessados precisam de saber sobre a contabilidade. Esta obra, apresentar-se-á como uma referência para todos;
- Alienar os imóveis da Av. Gago Coutinho e Av. 24 de julho em Lisboa, alocando a receita aos investimentos necessários à expansão dos serviços prestados aos membros, mais concretamente, construindo um auditório na representação de Braga e reconstruindo as instalações do Porto, promovendo ainda benfeitorias nas representações, de forma a criar as condições necessárias à melhoria dos serviços prestados aos membros;
- Verificar e fazer cumprir, permanentemente, o dever de registo das sociedades de contabilidade na Ordem e o dever de nomeação de um Contabilista Certificado que exerça as funções de diretor técnico, por estabelecimento, das sociedades de contabilidade, conforme previsto no art.º 20.º do EOCC;
- Disponibilizar em pleno, após ter sido lançado no 7.º Congresso, o novo portal da Ordem, renovando o acesso ágil e célere aos conteúdos, com mais funcionalidades e informação;

- Reestruturar e renovar o SICCC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado) melhorando as formas de pesquisa e continuando a apostar no seu desenvolvimento contínuo;
- Manter a defesa intransigente do dever de sigilo profissional, criando um serviço jurídico destinado a apoiar os contabilistas certificados que dele necessitem;
- Realização do vídeo institucional da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Aprovar a proposta de Hino dos Contabilistas Certificados;
- Manter uma constante produção de *merchandising* da OCC, que potencie o orgulho e a força da profissão;
- Manter a disponibilização gratuita aos membros de espaços de trabalho e salas de reunião, em todas as representações da Ordem;
- Manter e desenvolver o portal das reuniões livres para que a consulta e pesquisa por tema e formador de todas as questões respondidas nas reuniões livres, sejam apresentadas, automaticamente, no vídeo e de forma escrita ao minuto e segundo em que a resposta ocorreu;
- Promoção de ações tendentes ao contínuo desenvolvimento do *softwares* de contabilidade, garantindo que os programas de todos os contabilistas certificados respondem às mais atuais necessidades legislativas e profissionais;
- Estudo e análise da possibilidade de implementar uma quotização reduzida para contabilistas certificados reformados por invalidez;
- Desenvolver programas que promovam a atração e retenção de jovens novos talentos para a profissão; e
- Do TOConline:
 - Disponibilização de novos módulos;
 - Manter a oferta de uma formação inicial a todos os novos utilizadores contabilistas certificados;
 - Melhorar o manual de todos os módulos, de modo a responder às necessidades de manuseamento dos utilizadores;
 - Manter a formação em ambiente de trabalho TOConline, ajudando na implementação do *software*;
 - Melhorar o atendimento técnico escrito, telefónico e presencial (através da alocação de recursos, em todas as representações distritais da Ordem).



B) O profissional e a profissão

O interesse público da profissão está diretamente relacionado com os contabilistas certificados, com o seu trabalho, rigor técnico, transparência e valor acrescentado. Indiretamente, o interesse público da profissão está relacionado com o legislador, poder político, tecido empresarial e sociedade civil. Assim, apenas numa ação conjunta sobre todos os agentes interessados, a Ordem conseguirá continuar a promover o reforço contínuo do interesse público da profissão.

Em 2023, organizaremos uma série de iniciativas tendentes à promoção do reforço do interesse público da profissão, com a certeza de quem os contabilistas certificados e a profissão serão crescentemente vistos com maior respeito, dignidade, valor e honorabilidade pelo poder político, tecido empresarial e sociedade civil.

Assim, cumpre à Ordem alocar medidas, disponibilizar ferramentas e ação social, empresarial e atuar politicamente junto de todas as partes interessadas por forma a se alcançarem os objetivos pretendidos.

Ações previstas:

- Dos honorários:
 - Encontramo-nos numa conjuntura económica, financeira e social muito única, que poderá dar lugar ao agravamento da falta de crescimento dos honorários praticados, a que temos assistido nos últimos anos. Não obstante, continuaremos a contribuir para soluções, projetos e ferramentas que prossigam a promoção do aumento dos valores cobrados, possibilitando uma melhor gestão do trabalho, melhor qualidade dos serviços prestados e melhor qualidade de vida dos membros;
 - Manter a oferta de formações personalizadas, manuais e artigos específicos para cálculo de honorários;
 - Promover a melhoria do conhecimento da profissão e sua relevância junto do tecido empresarial e sociedade civil;
 - Intensificar as averiguações disciplinares sobre contabilistas certificados que não tenham cumprido o dever de lealdade;
 - Redobrar o esforço para que todos os contabilistas certificados, trabalhadores dependentes da Administração Pública, tenham uma remuneração adequada à sua função e atualizada frequentemente;
 - Ações de publicidade, marketing e alerta social junto do tecido empresarial e sociedade civil;

- Atuar em sede de certificação de qualidade, junto de um contabilista certificado que, comprovadamente, pratique honorários desadequados à complexidade, ao volume de trabalho, à amplitude da informação a prestar e à responsabilidade assumida pelo trabalho executado;
- Plano de apoio à reestruturação da atividade dos contabilistas certificados. A requerimento do próprio, disponibilizaremos uma equipa de contabilistas certificados com o propósito de ajudar o Contabilista requerente a reestruturar a sua atividade, através da alteração do modelo de negócio, mecanismos de controlo interno, procedimentos profissionais, renegociação de avenças, seleção criteriosa de clientes e demais medidas que permitam ao contabilista requerente reorganizar o seu trabalho e, conseqüentemente, adquirir melhores condições pessoais e profissionais;
- Reforçar e alargar o âmbito de intervenção dos Contabilistas Certificados nas empresas, na sociedade civil e no Estado;
- Manter o bom funcionamento do gabinete de apoio aos membros, no acompanhamento às inspeções tributárias, garantindo a igualdade de forças necessárias aquando de um ato inspetivo;
- Concluir e disponibilizar o Guia do Contabilista Certificado, que apresente todos os serviços disponibilizados pela Ordem aos seus membros, bem como todos os serviços que os contabilistas certificados disponibilizam ao tecido empresarial e à sociedade civil;
- Disponibilização do manual de Gestão de Projetos e Controlo das Tarefas do Contabilista Certificado;
- Continuar a dinamizar a plataforma "Bolsa de Emprego", onde se possam inscrever contabilistas certificados e empregadores;
- Reforçar a proteção dos contabilistas certificados que denunciem situações de fraude ou outros crimes fiscais; e
- Desenvolver um mecanismo de proteção para os contabilistas certificados trabalhadores dependentes, de modo a garantir que tenham a necessária ajuda em processos de demissão ou em situações que se vejam confrontados com pressões que violem normas profissionais e/ou éticas e deontológicas.



C) A Ordem e o poder político

A postura política da Ordem, isenta, imparcial, independente e tecnicamente rigorosa, adotada desde 2018, continua a permitir a construção de fortes ligações de trabalho com o governo e demais forças políticas. Nunca a Ordem foi tão considerada e ouvida pelas mais amplas e variadas forças político-partidárias, o que continua a potenciar significativas vitórias, das mais diferentes naturezas, para a profissão e os profissionais.

A Ordem destaca-se hoje por ser o mais interventivo ator em relação à defesa dos interesses dos profissionais do setor, dos contribuintes e das empresas, bem como quem mais tem procurado reforçar a credibilidade e o estatuto da classe, contribuindo para o prestígio da profissão. Este trabalho será cada vez mais aproveitado, permitindo novas e importantes medidas para um melhor enquadramento da profissão e da nossa classe.

Ações previstas:

- Com o alto patrocínio da Presidência da República, organizar, em parceria com o Supremo Tribunal Administrativo, um conjunto de conferências, de âmbito internacional, para reflexão sobre a justiça tributária em Portugal;
- Continuar o processo de afirmação junto do poder político, reforçando a influência e voz da Ordem dos Contabilistas Certificados em todos os processos legislativos e executivos, com influência direta e indireta na profissão e nos profissionais;
- Pugnar por maior estabilidade legislativa, possibilitando que aos contabilistas certificados a possibilidade de acrescentar mais valor aos seus clientes, como, por exemplo, em matéria de planeamento fiscal e modelos de crescimento económicos;
- Alteração da regulamentação do SAF-T (PT);
- Para defesa do interesse público, da transparência e boa gestão da administração dos recursos públicos, continuaremos a alocar todos os nossos esforços ao processo de regulamentação do Contabilista Certificado público, de forma que a função seja obrigatória e exclusivamente exercida por um Contabilista Certificado, pois estes são os únicos profissionais com competência e qualificações adequadas à implementação do normativo público (SNC-AP);
- Garantir a consagração legal e implementação da figura do Contabilista Certificado público;
- Acompanhamento do regime jurídico do justo impedimento, mantendo-o atual face a novas alterações legislativas e se necessário alargar as obrigações profissionais tuteladas pelo regime;

- Manter atualizada a bolsa da Ordem de contabilistas certificados suplentes, assegurando que os profissionais que dela constam têm a inscrição em vigor e nenhuma sanção disciplinar aplicada, agilizando, simultaneamente, o processo de indicação de um Contabilista Certificado suplente;
- Manter atualizada a bolsa de contabilistas certificados peritos para os tribunais judiciais e Polícia Judiciária, garantindo sempre a defesa do interesse público da profissão;
- Redobrar o trabalho junto da Comissão de Normalização Contabilística, defendendo os interesses e valores da contabilidade no respeito pelo normativo internacional e sempre atendendo às especificações económicas do nosso país;
- Manter um esforço permanente no melhoramento do calendário fiscal, eliminando sobreposições de prazos fiscais e/ou declarativos;
- Alocar os necessários esforços e reforços para uma uniformização possível, nos modelos das declarações tributárias;
- Dar continuidade à simplificação dos processos declarativos, eliminando obrigações redundantes, que em nada acrescentam valor ou informação, e promover o cruzamento de dados entre entidades públicas;
- Pugnar pela criação de áreas reservadas nos *sites* das diversas entidades públicas, exclusivamente destinadas ao exercício da atividade do Contabilista Certificado;
- Promoção ativa da diminuição da burocracia existente na profissão e na economia nacional, possibilitando um clima mais saudável às empresas e ao investimento.



D) Relação triangular: OCC, AT e Segurança Social

A relação com a Autoridade Tributária (AT) e a Segurança Social continua, ainda nos dias de hoje e apesar das muitas melhorias, a ser um dos principais obstáculos ao exercício da profissão de Contabilista Certificado. Assim, e ao contrário das tentativas na prevalência de interesses egoístas, falta de compreensão e obstaculização intencional à procura de soluções que, não raras vezes, tem acontecido, exige-se uma relação transparente e pautada pelo respeito mútuo, colaboração e interajuda.

Temos de continuar a trabalhar pela melhoria da relação da AT e da Segurança Social com os contabilistas certificados. Estas entidades públicas têm de ser vistas como agentes ativos na procura do bem-estar social e económico. Para tal, os serviços e as plataformas devem estar ao serviço da comunidade, atuando de forma ágil, competente, flexível e cooperante. Devem facilitar a procura de soluções, apoiando e simplificando procedimentos.

Assim, a Ordem continuará o seu trabalho, pressionando, exigindo e requerendo alterações profundas, no seio destas entidades públicas que existem para servir o bem comum.

Ações previstas:

- Assegurar que as atualizações ao portal da AT e da Segurança Social sejam previamente comunicadas e realizadas em momentos adequados ao calendário das diversas obrigações. Não permitir a desresponsabilização latente pelo mau funcionamento destes portais, que muito prejudicam o trabalho do Contabilistas Certificado;
- Garantir a disponibilização por parte da AT de comunicações via WS (*Web service*) para envio de todas as obrigações declarativas, obtenção das guias de pagamento e de outros dados do portal;
- Garantir o atendimento presencial sem necessidade de marcação prévia;
- Agilizar a implementação das propostas referentes à alteração ao regime dos trabalhadores independentes, previsto no Código Contributivo, como:
 - Cálculo do rendimento relevante;
 - Início de atividade no regime de contabilidade organizada;
 - Nova modalidade no regime simplificado;
 - Base de incidência contributiva; e
 - Regime de transparência fiscal;
- Esclarecer a interpretação da AT, no que respeita ao dever de colaboração entre contribuintes e AT;

- Terminar o processo da Declaração Unificada, que visa a fusão da DMR com a DRI, recolhendo-se toda a informação a partir de uma única declaração, completa e mensal, a entregar junto da Segurança Social, que partilhará a informação com a AT. A interconexão de dados, diminuindo o número de interações com a Administração Pública, para reporte de informação que pode e deve ser concentrada num único momento;
- Diligenciar para que as obrigações declarativas da Segurança Social e processamento salarial sejam da exclusiva competência/responsabilidade dos contabilistas certificados;
- Acompanhar todo o processo de simplificação e alterações que estão a ser introduzidas pela Segurança Social;
- Junto da AT e Segurança Social, criar uma linha telefónica direta, de atendimento exclusivo para contabilistas certificados, garantindo um atendimento célere e prestado por técnicos habilitados para o efeito;
- Requerer que as notificações das entidades públicas, nomeadamente, AT e Segurança Social, sejam mais claras, perceptíveis e sucintas;
- Eliminação ou simplificação das seguintes obrigações fiscais e parafiscais – Mod. 10, Anexo L e Anexo Q da IES, Relatório Único;
- Certificação de regularização do IVA por Contabilista Certificado independente (art. 78.º-D, n.º 1, al. a) e b) do Código do IVA), alterando a norma com o seguinte alcance:
 - Eliminação da obrigação da certificação ser feita por Contabilista Certificado independente, passando a certificação a ser feita pelo Contabilista Certificado do sujeito passivo, que é quem conhece as operações, tem acesso aos documentos para registo contabilístico, além de se tratar de um evidente e injustificável custo de contexto;
 - Eliminação da obrigação da certificação ser feita por ROC nas situações em que o imposto exceda 10.000€ por pedido de autorização prévia e em relação a créditos incobráveis (qualquer que seja o seu valor);
- Pedido de autorização prévia (PAP) nos termos do n.º 3 do artigo 78.º-C do Código do IVA. Nos termos da Portaria n.º 303/2020, de 28 de dezembro, sempre que o devedor conteste o valor do imposto a regularizar, o PAP é indeferido e o sujeito passivo transmitente dos bens ou prestador dos serviços tem de apresentar recurso hierárquico para se defender e impedir que o PAP seja indeferido. Além disso, mesmo que esse recurso hierárquico venha a merecer provimento, o tempo de resposta é excessivo. Todo o procedimento é moroso, complexo e ineficiente, verificando-se muitas vezes que o PAP é indeferido por valores irrisórios



ou com bases em falsas declarações do adquirente, como mero expediente dilatório da regularização do IVA a favor do Estado. Neste contexto, o procedimento atual não apresenta qualquer interesse para nenhuma das partes, desde logo para o Estado, que vê adiado a regularização do imposto a seu favor até à decisão do recurso hierárquico. Propõe-se que o artigo 7.º da Portaria n.º 303/2020 seja alterado no sentido de, havendo divergência entre os valores em mora declarados pelo fornecedor e pelo adquirente, o PAP não seja indeferido sem que o fornecedor se possa pronunciar sobre a veracidade das declarações do adquirente, num procedimento simples e rápido, que impeça os atuais constrangimentos criados por falsas ou irrelevantes declarações do adquirente moroso, que, não obstante a situação de mora, acaba por assumir um papel preponderante no PAP, e de bloqueador da regularização na esfera do adquirente, que é o sujeito passivo mais lesado (quer pela mora no recebimento, quer pelos meios de defesa de que tem de lançar mão para se defender);

- Dispensa de entrega dos inventários valorizados e não valorizados (Decreto-Lei n.º 28/2019, Portaria n.º 126/2019). Esta obrigação deve ser substituída por atos inspetivos dedicados a estes ativos, por inspetores com competências especializadas. A receção de milhões de itens valorizados (ou mesmo não valorizados) por parte da AT em nada contribui para a redução da fraude e evasão fiscais, não introduz critérios de *risk based approach* numa área tão sensível para o controlo de gestão e em nada dignifica o Contabilista, pois uma mera listagem, ainda que valorizada, nada indica quanto à movimentação e controlo, em geral, destes itens. Por outro lado, há áreas de negócio onde os inventários não assumem especial relevância patrimonial, mas implicam enormes listagens (ex: restauração), ao passo que no setor do retalho a realidade dos inventários é tão díspar que a mera listagem apenas cria custos de contexto. Parece-nos que os controlos das quebras de inventários são uma área onde o controlo fiscal e aduaneiro pode melhorar no que diz respeito à flexibilização dos procedimentos pela AT, no âmbito da respetiva documentação do dossier fiscal (*vide* Processo A509 2009009 – despacho do SDG dos Impostos, substituto legal do Director – Geral, em 29-06-2009);

- Limitação do direito à dedução do IVA – artigo 19.º, n.º 9 do Código do IVA. O n.º 9 do artigo 19.º do CIVA exclui do direito à dedução o imposto liquidado em fatura relativa a operações em que devia ter sido aplicado o regime de inversão do sujeito passivo. Os regimes de inversão do sujeito passivo têm-se alargado a mais setores onde prevalece o risco de fraude. Por outro lado, fruto da complexidade da realidade económica, a aplicação destes regimes tem-se revelado fonte de enorme complexidade, em particular no setor da construção civil, mas também no dos produtos silvícolas, com alterações estruturais de entendimento administrativo por parte da AT. Predomina um receio estrutural, entre os sujeitos passivos, e uma enorme insegurança jurídica na aplicação

destas regras, que muitas das vezes geram um efeito contraproducente nos agentes económicos. Por outro lado, a AT não pode estar permanentemente a prestar entendimentos vinculativos sobre realidades económicas que não tem de conhecer em profundidade e que derivam de um conhecimento pouco mais do que do sentido comum sobre certas operações. Sendo a regra de inversão do sujeito passivo uma mera medida de combate à evasão, a limitação do direito à dedução por violação da referida regra, só devia ocorrer na medida em que daí resultasse prejuízo efetivo para o Estado, isto é, quando o fornecedor não tivesse entregado o imposto ao Estado;

- Agilizar a troca automática de informação, por parte da AT à OCC, nomeadamente a informação das entidades pelas quais os contabilistas certificados são responsáveis;
- Promover pela efetivação automática, no Portal da AT, da renúncia, dos contabilistas certificados, de responsável pela contabilidade dos contribuintes, sem que, para tal, dependa qualquer outra ação de qualquer outro Contabilista Certificado;
- Disponibilização, por parte da Segurança Social, de uma conta corrente e de um E-balcão para comunicação entre os contabilistas certificados e a entidade;
- Comunicação automática do valor dos Pagamentos por Conta aos contribuintes; e
- Melhoria da informação apresentada nos guias dos Processos de Execução Fiscal (PEF).



E) As contas da Ordem – transparentes, rigorosas, criteriosas

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos, foram três promessas alcançadas assim que tomámos posse e continuarão sempre a ser os pilares da nossa gestão.

Iremos sempre garantir a mesma transparência, o mesmo rigor, os mesmos critérios na alocação dos recursos da Ordem dos Contabilistas Certificados. Informaremos e prestaremos contas, com base num relato financeiro e não financeiro com vertentes sociais e ambientais. Como hoje, as contas da Ordem serão o exemplo maior da boa prestação de contas junto da sociedade civil, reforçando o valor e interesse público da Ordem e dos contabilistas certificados, sendo um *benchmark* a seguir pelos mais variados *stakeholders*.

Ações previstas:

- Continuar a proceder à apresentação e disponibilização, permanentemente, via consulta direta e *newsletter*, das contas e situação financeira da Ordem, a todos os interessados;
- Desenvolvimento da informação apresentada e continuação da publicação e disponibilização trimestral, via *newsletter* e publicação nas redes sociais da Ordem, de relatórios integrados intercalares;
- Manter os contabilistas certificados informados e conhecedores da atividade da Ordem, disponibilizando, permanentemente e de forma agilizada, toda a informação;
- Continuar a apresentar o relato integrado da Ordem, com vertente financeira e não financeira, considerada uma prioridade fundamental da Ordem, mostrando o valor da informação não financeira junto dos vários *stakeholders* da Instituição;
- Manutenção do rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais da Ordem e a total transparência na informação disponibilizada e divulgada;
- Cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem; e
- Manter a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da internet da Ordem.

F) Apoio técnico – fiscal, contabilístico, mediação, jurídico e incentivos

Nas mais variadas áreas da intervenção dos contabilistas certificados a Ordem, informa, esclarece, interpreta e apoia os seus membros, através da produção de conteúdos tecnicamente rigorosos, independentes, tempestivos e de fácil compreensão.

Apesar da constante melhoria, estamos cientes de que a exigência é cada vez maior e somos ambiciosos. Assim, continuaremos, sempre, a melhorar, através da implementação de estratégias inovadoras de apoio técnico aos membros, o qual se pretende seja alargado a mais áreas, com reforço dos recursos humanos e técnicos necessários, para que possamos estar sempre ao lado dos contabilistas certificados.

Ações previstas:

- Continuar a reduzir o prazo de resposta dos pedidos de pareceres escritos via Pasta CC e *e-mail*;
- Prosseguir com a diminuição do tempo de espera no *call center*;
- Reforçar a equipa de consultores de âmbito fiscal, contabilístico, jurídico e de matérias de incentivos;
- Manter o alargamento do atendimento técnico, sempre que necessário, nomeadamente, nos períodos antecedentes ao cumprimento das mais relevantes obrigações;
- Continuar o desenvolvimento de manuais explicativos, pareceres, quadros-resumo e informações técnicas sobre as mais recentes matérias;
- Reforçar o serviço de contencioso tributário, apoiando todos os contabilistas certificados em matérias de litígio tributário e judicial;
- Disponibilização de atendimento técnico através de plataformas digitais como o *Zoom*;
- Disponibilizar a *newsletter* diária "Novidades Profissionais"; e
- Elaboração e disponibilização de coleções de guias práticos sobre temas relevantes para a profissão.



G) Formação para superação

A formação profissional contínua, orientada para o suprimento das variadas necessidades pessoais e profissionais dos membros, será sempre uma base fundamental do trabalho e serviços prestados pela Ordem dos Contabilistas Certificados.

Formação para superação profissional e pessoal. Formação orientada para o sucesso, para o enriquecimento pessoal, para a qualificação e para a criação e desenvolvimento das competências técnicas e pessoais que permitam aos contabilistas certificados reforçar o seu valor, bem como o interesse público da profissão.

Percebendo que estamos numa realidade formativa diferente da passada, em que as plataformas virtuais assumiram um papel preponderante e mesmo preferencial para a formação dos contabilistas certificados, respondendo às necessidades dos membros, reforçaremos, em muito, a formação à distância, com especial foco na nova plataforma de formação – CCclix.

Ações previstas:

- Disponibilização gratuita de toda a formação profissional contínua em formato virtual;
- Manter sempre, e permanentemente, atualizados todos os conteúdos do CCclix,
- Desenvolver o CCclix realizando e publicando mais vídeos e tutoriais de todas as matérias do dia a dia dos profissionais, como sejam as estatutárias e deontológicas, matérias de contabilidade, matérias de fiscalidade, matérias sobre o direito do trabalho e Segurança Social, de entre outras;
- Manter a emissão semanal das reuniões livres com transmissão via *YouTube*, garantindo a existência de modelo de esclarecimento de questões técnicas de livre acesso aos membros;
- Programas formativos para quadros financeiros de topo, de empresas de pequena, média e grande dimensão;
- Programas de formação sobre apoios e incentivos, com especial ênfase no PRR;
- Continuar com a disponibilização gratuita para os novos membros, inscritos há menos de um ano, de cursos de formação em competências essenciais para o início do exercício da profissão;
- Apostar em formações em áreas transversais à profissão, como as línguas, ferramentas informáticas, *marketing*, técnicas de negociação, de entre outras;

- Protocolar com diversas entidades públicas, nomeadamente, a AT e a Segurança Social, a organização conjunta de seminários e sessões de esclarecimento sobre temas controversos, para a promoção do debate de interpretações importantes para os contabilistas certificados e seus clientes;
- Organizar conferências e debates com temas de interesse para os membros, reunindo conhecimento de profissionais, da academia e especialistas;
- Manter a mesma exigência em relação aos formadores, garantindo apenas que só os que obtiverem avaliação superior ou igual a 4, numa escala de 0 a 5, e sem sanções disciplinares, são convidados a elaborar manuais e dar formação. De preferência, os formadores devem ser membros com inscrição ativa e em exercício da profissão, ou membros dos colégios da especialidade;
- Pugnar junto do governo, por maiores apoios ao desenvolvimento profissional contínuo dos contabilistas certificados;
- Manutenção na aposta em modelos de formação personalizada em ambiente de trabalho, maximizando a aprendizagem dos formandos; e
- Reestruturação do sistema de acesso e credenciação às sessões de formação presencial e eventos da Ordem, tornando todo o sistema mais ágil e célere.



H) Comunicar para informar

Continuaremos a ser a fonte de informação fidedigna e verdadeira, comunicando contínua e permanentemente, com os contabilistas certificados em todos os assuntos do seu interesse. No exclusivo interesse público da profissão, comunicaremos com os membros, sempre, de porta aberta.

Por forma virtual e presencial, através das mais variadas ferramentas e com mensagens personalizadas, iremos ao encontro de todos os membros, informando, esclarecendo e ouvindo o que os membros também têm para dizer à sua Ordem profissional.

Ações previstas:

- Manter a total disponibilidade e abertura para os membros;
- Reforçar o desenvolvimento da Pasta CC, melhorando-a em todas as suas vertentes;
- Privilegiar a publicação de artigos técnicos e científicos, da autoria de contabilistas certificados, nas várias publicações da Ordem, fomentando o estudo e desenvolvimento da ciência contabilística;
- Continuar o desenvolvimento e publicação de novas edições da Revista Científica "Accounting and Management Review | Revista de Contabilidade e Gestão";
- Promover e desenvolver plataformas, que permitam aos membros a obtenção, em tempo real, de informação, não só da atividade da Ordem, mas também sobre legislação, entretanto publicada;
- Manter o trabalho tendente ao aumento da presença da Ordem nas redes sociais e nos meios de comunicação social, promovendo a marca da Ordem e consequentemente o trabalho, competências, qualificações e valor dos contabilistas certificados;
- Assegurar o contínuo desenvolvimento do novo *website* e APP da OCC, aumentando as suas potencialidades e ferramentas de trabalho, nomeadamente o SICC;
- Dinamizar uma agenda cultural digital da Ordem – Exposições de pintura, fotografia, lançamento de livros, concertos, entre outros – para dinamização da sede e representações dos Contabilistas Certificados, promovendo a interação entre colegas, empresários e sociedade civil.

I) A ação social da Ordem

A ação social da Ordem é e será o garante de que os membros têm as condições essenciais para uma vida digna e respeitável. Uma profissão forte, unida e de interesse público, apoiando os colegas mais necessitados nos momentos de maior aflição.

Assim, continuaremos a disponibilizar, com flexibilidade e agilidade, um vasto leque de medidas que reforcem o apoio social da Ordem e que vão de encontro das necessidades presentes como se verificou com o pacote de medida de apoio profissional e social disponibilizado aos membros, logo no início da pandemia.

Ações previstas:

- Manter a aposta no reforço das condições da apólice do seguro de saúde aos membros;
- Garantir a disponibilização gratuita, para todos os membros, de uma apólice de seguro de responsabilidade civil profissional;
- Reforçar o fundo de solidariedade social de apoio aos membros, assegurando a qualquer Contabilista Certificado em necessidade, pelo menos, um rendimento igual ao salário mínimo nacional;
- Desenvolver um conjunto de regras para melhor aplicação de situações de isenção do dever de pagamento das quotizações mensais quando os membros comprovadamente não reúnem as condições para tal;
- Reforçar e incentivar a assinatura de *upgrades* ao seguro de responsabilidade civil, com prémios competitivos, para os membros que optem por reforçar o risco coberto;
- Fomentar a criação de *upgrades* que permitam diminuir a franquia e alargar o âmbito das situações abrangidas pela apólice do seguro de responsabilidade civil;
- Manter o apoio ao Grupo de Entreatajuda – Apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados;
- A luta pela sustentabilidade, na sua vertente social, merece que redobremos o nosso foco num dos problemas sociais que afetam a nossa profissão, a pirâmide demográfica invertida e as nefastas consequências que daí advêm. Assim, além de estudarmos e procurarmos soluções, importa que tenhamos de encontrar alternativas que atraiam e retenham novos membros para a profissão;
- Criar uma bolsa de apoio a alunos carenciados; e
- Manter a aposta na organização de exposições culturais relacionadas com a contabilidade e a profissão, dando notoriedade e reconhecimento público adicional à Ordem e aos seus membros.



J) Da academia à profissão

O processo de atração e retenção de novos talentos para a profissão é um desafio global que, em Portugal, merece a nossa redobrada atenção e esforço. Queremos novos profissionais, mas queremos os melhores, que exerçam a profissão pautados pelos mais elevados padrões de excelências técnica e ética. Este processo tem início aquando o começo do percurso académico pelo que, desde esse momento, temos de demonstrar o quão interessante, entusiasmante, criador de boas condições pessoais e interesse público tem a profissão de Contabilista Certificado.

Ações previstas:

- Cooperar com as instituições de ensino e seus intervenientes, para atualização permanente do modelo de acesso à profissão, nomeadamente, o estágio e o exame de avaliação profissional;
- Criar um gabinete de mentorias para os colegas em início de profissão, que possibilite a articulação necessária entre o mentor (um Contabilista Certificado com experiência) e o profissional em início de carreira;
- Organização das jornadas da juventude para novos contabilistas certificados, estagiários e estudantes da área;
- Melhorar a perceção da profissão do Contabilista Certificado, junto dos jovens talentos que poderão enveredar pela área da contabilidade e da fiscalidade;
- Desenvolver programas de atração de novos talentos para a profissão, junto do ensino secundário, através da consciencialização, informação e promoção das mais-valias da profissão e sua utilidade pública, quer para o profissional, quer para a própria sociedade;
- Organizar, em parceria com o ensino superior, uma pós-graduação em contabilidade e fiscalidade, dedicada a contabilistas certificados que queiram desenvolver os seus conhecimentos e competências técnicas;
- Assegurar, junto das entidades de ensino, que o Projeto de Simulação Empresarial (PSE) se coaduna às exigências de um estágio profissional, por forma a preparar os futuros contabilistas certificados para o exercício da atividade profissional;
- Manter programas e iniciativas de acompanhamento aos novos membros;
- Organizar em estreita colaboração com as entidades de ensino, um projeto de acompanhamento, realizado por contabilistas certificados, dirigido aos alunos finalistas dos cursos que permitam o acesso à profissão. Este projeto possibilitará uma aproximação à realidade profissional, antes do *terminus* do curso, contribuindo para uma melhor preparação dos futuros contabilistas certificados; e
- Manter o apoio aos projetos de desenvolvimento e estudo científico da contabilidade, através da atribuição de financiamentos, promoção de trabalhos e publicação da Revista Científica da Ordem "Revista de Contabilidade e Gestão", bem como de outras publicações de idêntica relevância.

K) A relação Contabilista Certificado/Contribuinte

O contribuinte necessita de um trabalho rigoroso, competente e atempado do Contabilista Certificado. Por sua vez, este necessita de respeito, informação e transparência do contribuinte. Só trabalhando em equipa, considerando-se, apoiando-se e partilhando experiências, poderá a relação entre o profissional/contribuinte crescer e acrescentar valor a ambas as partes.

Como nunca, é inegável o valor dos contabilistas certificados junto dos contribuintes. Sem os profissionais, a nossa economia não teria sobrevivido aos negativos efeitos económicos da atual pandemia. O poder político, a sociedade civil e o tecido empresarial reconhecem o nosso valor. Contudo, é fundamental continuar o processo de consciencialização, capacitação, informação e alerta, por forma a que a dignificação do profissional seja alimentada e melhorada.

Ações previstas:

- Continuar a promover e a despertar a consciência do tecido empresarial para o trabalho dos contabilistas certificados, concorrendo para um maior reconhecimento pessoal, profissional e financeiro;
- Promover a Ordem como instituição de utilidade pública, bem como o papel relevante dos contabilistas certificados, em feiras de negócios, eventos e na sociedade em geral;
- Manter a pressão junto do governo para a obrigatoriedade de qualquer empresário, antes do início de atividade, frequentar formação na área da gestão, que lhe permita uma melhor interligação, criadora de valor, com o Contabilista Certificado; e
- Criar na defesa do interesse público, da transparência e da boa gestão dos recursos públicos, orientações práticas sobre a implementação das normas contabilísticas do setor não lucrativo.



L) A Ordem e os seus membros nas organizações internacionais

A Ordem e os contabilistas certificados nunca podem esquecer a realidade global em que hoje nos inserimos. Não somos mais cidadãos e agentes de um país, região ou continente, somos cidadãos e agentes de uma economia, política e sociedade civil mundial, com todos os riscos e oportunidade que daí advêm.

A Ordem, trabalhando em estreita cooperação com as suas congêneres internacionais, continuará sempre a pugnar pela criação de novas oportunidades e ferramentas que mitiguem os riscos para os seus membros.

Em simultâneo, a Ordem deverá continuar a trabalhar junto das suas congêneres internacionais, partilhando conhecimento, desenvolvendo trabalhos e estudos e influenciando o processo decisório do normativo contabilístico, garantindo que os interesses e direitos dos contabilistas certificados portugueses são ouvidos e previstos no normativo internacional.

Ações previstas:

- Manter a aposta ganha na internacionalização da Ordem e dos contabilistas certificados, através da crescente e sólida participação em fóruns e organizações internacionais, que promovam o desenvolvimento da profissão e a partilha de melhores práticas;
- Garantir que o desenvolvimento internacional das normas contabilísticas têm em consideração as particularidades da realidade profissional e económica portuguesa;
- Continuar a trabalhar nas direções, grupos ou comissões técnicas da *International Federation of Accountants* (IFAC), *European Federation of Accountants and Auditors for SMEs* (EFAA), *Comité de Integración Latino-Europa América* (CI-LEA), *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM), e do *Edinburgh Group* (EG); e
- Trabalhar no desenvolvimento da União de Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCALP), reforçando assim uma plataforma de interligação cultural, profissional e económica.

M) Da certificação de qualidade

Lançado no 7.º Congresso da Ordem dos Contabilistas Certificados, o novo projeto da certificação de qualidade da Ordem deixa de ser sancionatório, penalizador, fiscalizador, moroso, e dispendioso para passar a ser pedagógico, colaborativo, orientador, ágil e eficiente.

Equacionado para evoluir paralelamente à capacitação dos membros, o processo terá as seguintes etapas: 1.º – Inquérito aos membros, que decorrerá até final de 2022; 2.º – Disponibilização do manual de boas práticas; 3.º – Implementação do Plano de formação do guia com base no padrão de qualidade previsto no mesmo; 4.º – Procedimento de certificação de qualidade, obrigatório para CCs alvos de denúncias frequentes e sancionados disciplinarmente, e voluntário para os restantes CCs.

Paralelamente, será criado um provedor da certificação de qualidade para mediar eventuais conflitos ao longo de todo o processo de certificação de qualidade.

Ações previstas:

- Disponibilização do "Guia de Procedimentos", que defina as práticas profissionais a serem cumpridas pelos contabilistas certificados;
- Com base no "Guia de Procedimentos" acima referido pretende-se desenvolver programas de formação profissional contínua personalizada, capazes de dotar os contabilistas certificados dos conhecimentos e das aptidões necessárias à implementação dos mesmos;
- Definido o modelo e disponibilizada a formação para cumprimento do padrão de qualidade, pretende-se desenvolver e implementar um processo de Certificação de Qualidade que verifique o cumprimento do "Guia de Procedimentos" por parte dos contabilistas certificados; e
- Criar e disponibilizar um guia de apoio à implementação da norma ISO 9001 nos gabinetes de contabilidade.



N) Colégios das especialidades

Os colégios das especialidades são essenciais ao desenvolvimento da ciência contabilística e fiscal, para a promoção do crescimento, reflexão e estudo de matérias fundamentais à profissão e ao seu exercício. Vamos continuar a disponibilizar todas as condições para o funcionamento dos colégios, motivando os contabilistas certificados e demais interessados a ser especialistas com as vantagens que o título proporciona.

Os Colégios debruçar-se-ão sobre temas da atualidade de cada especialidade, para que como mecanismo ágil e célere se possam alcançar objetivos, resolvendo os problemas dos membros nos diferentes modelos de exercício da profissão.

Ações previstas:

- Apoiar os colégios das especialidades, oferecendo-lhes as ferramentas necessárias ao desempenho das suas funções;
- Promover os colégios das especialidades e criar um sistema de reconhecimento e interação com as instituições de ensino superior, que garantam a equidade do título de especialista concedido pela Ordem;
- Apoiar e cooperar com os colégios das especialidades na elaboração e organização de trabalhos técnicos, conferências, debates, tertúlias e demais atividades de cariz técnico-científico que crie mais-valias para os contabilistas certificados;
- Publicar os melhores trabalhos aprovados nas provas de especialistas da Ordem quer em formato físico, quer em formato *e-book*; e
- Promover e divulgar os colégios das especialidades, nos eventos que a Ordem realiza ao longo do ano.

O) A Ordem, outros parceiros e sociedade civil

O trabalho do Contabilista Certificado transcende a economia e finanças. É um trabalho de interesse e fé pública que de diferentes formas, aspetos e escalas, toca todos os cidadãos. Ser Contabilista Certificado é ser um agente ativo da sociedade.

Assim, cumpre também à Ordem promover a literacia fiscal e financeira junto da sociedade civil, aproximando a população portuguesa da linguagem da gestão pessoal e dos impostos.

Permitir que os Contabilistas Certificados possam usufruir de vantagens no fornecimento de produtos e serviços, junto das mais variadas empresas, com ampla cobertura geográfica, será a continuação da implementação do projeto + CC + Vantagens.

Ações previstas:

- Continuar a promover e a despertar consciência dos contabilistas certificados para o exercício da profissão, com vista a um maior reconhecimento pessoal e profissional;
- Promover o protocolo celebrado entre a Ordem e os Tribunais Judiciais, e entre a Ordem e o Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD), garantindo uma ativa participação dos contabilistas certificados como técnicos peritos;
- Manter, em colaboração com a academia e o governo, a aposta em projetos e iniciativas que pugnem por uma maior literacia financeira de toda a sociedade.
- Promover junto dos alunos do 12.º ano do ensino secundário, dos alunos do marketing profissional, dos profissionais de saúde e dos artistas e profissionais da cultura, o "IRS TOUR";
- Sensibilização das associações patronais (APECA) e sindicatos, no sentido da revisão profunda das tabelas salariais para os contabilistas certificados, trabalhadores dependentes;
- Realizar o "Dia Aberto" da Ordem, abrindo todos os espaços à comunidade, por forma a mostrar o trabalho dos contabilistas certificados e sua relevância para a sociedade civil;
- Reforçar o projeto + CC + Vantagens, continuando a apostar na celebração de protocolos e disponibilização de condições vantajosas para os contabilistas certificados, junto de entidades terceiras;
- Estabelecer protocolos com diversos organismos públicos e privados, tendentes à organização e participação em eventos culturais e desportivos;
- Organizar eventos de cariz social, como atividades desportivas, convívios e outras; e
- Desenvolver, em parceria com a Ordem dos Psicólogos, um projeto de Educação Emocional e de Saúde Mental para os contabilistas certificados.



P) Apoios e Incentivos

O trabalho dos contabilistas certificados, em matéria de apoios e incentivos, tem sido cada vez mais preponderante para a efetivação e concretização dos apoios junto do tecido empresarial. Nesse âmbito, a bolsa de peritos contabilistas certificados no PRR é um dos projetos que por parte da OCC terá sempre todo o apoio, disponibilizando a Ordem todas as ferramentas necessárias para que os contabilistas certificados tenham as necessárias condições para cumprimento das suas tarefas enquanto peritos.

Após a criação do departamento de incentivos, incorporado hoje no departamento de consultoria técnica da Ordem, tendente à disponibilização de apoio técnico e informação útil, queremos continuar a capacitar e ajudar os contabilistas certificados, permitindo que os mesmos sejam, por excelência, os agentes dos processos de apoios e incentivos, não só na fase de apresentação da candidatura, como também na fase da execução da mesma.

Ações previstas:

- Continuar a desenvolver as necessárias ferramentas para que os contabilistas certificados sejam cada vez mais agentes de acesso a apoios e incentivos nacionais e internacionais, concentrando toda a informação;
- Desenvolver quadros-resumo, informações e notas sobre todos os apoios e incentivos existentes, com ligações a toda a informação detalhada, despertando consciência para a sua existência e mais-valias;
- Apostar em programas de formação profissional contínua, que reforcem as capacidades dos contabilistas certificados e os dotem dos conhecimentos necessários para desempenharem o papel de consultores, em matéria de apoios e incentivos;
- Criar todas as condições para o bom funcionamento da bolsa de peritos do PRR; e
- À semelhança do alcançado com o COMPETE, pretende-se celebrar protocolos com outras entidades e organismos intermediários, destacando-se o papel do Contabilista Certificado em todos os processos.

Q) Dia Nacional do Contabilista Certificado

A 21 de setembro de 2023 celebraremos novamente o Dia Nacional do Contabilista Certificado, assinalando e sublinhando a força, interesse público e reputação dos contabilistas certificados. Num evento surpresa, que iremos desvendar perto da data, queremos que em 2023 todos os contabilistas certificados usufruam deste dia com tempo, calma e tranquilidade que lhes permita refletir sobre o seu percurso profissional e a importância da sua atividade junto de toda a nossa sociedade.

R) XVII Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados

Após termos batido todos os recordes de participação no XVI Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados, na Quinta da Malafaia, em Esposende, no passado ano, partimos para 2023 com a ambição e o entusiasmo de encontrarmos forma de nos superarmos novamente e fazer o próximo Encontro Nacional o melhor e mais memorável de sempre. É esse o nosso objetivo, ou seja, que o seguinte seja sempre ainda melhor que o passado e certamente conseguiremos alcançar tal objetivo com o apoio e entusiasmo de uma classe profissional cada vez mais forte e unida em torno da sua Ordem profissional.

S) Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados

A festa de Natal é já um dos eventos indispensáveis para todos os contabilistas certificados e igualmente para as suas famílias. Neste sentido, em vários locais do país, continuaremos a organizar um evento que a todos dá sorrisos, alegria, boas memórias e reforçar os laços de união e pertença na classe profissional.

T) XIX Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria

Em 2023 terá lugar nova edição do Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria. O XIX CICA, promete mais e melhores trabalhos científicos, discussões, debates e reflexões que promovam pelo desenvolvimento da ciência da contabilidade e auditoria e pelo contínuo crescimento da nossa profissão.

U) IV Congresso Internacional de Contabilidade Pública

Um dos já mais marcantes e influentes congressos de contabilidade pública nos países de língua portuguesa, o CICP terá nova edição em 2023 e promete, como sempre, ser o local onde acontecem as mais importantes reflexões sobre o futuro da contabilidade pública, matéria tão importante para a boa alocação dos recursos públicos por parte de entidades a que devemos ser exigir a maior transparência, rigor e critério no momento da decisão.



XII. Orçamento Participativo

Foram recebidas 57 propostas no âmbito do Orçamento Participativo. Muitas das mesmas, já consagradas no presente documento ou no planeamento geral da Ordem dos Contabilistas Certificados como, por exemplo, o livro da contabilidade, a melhoria do seguro de saúde e do seguro de responsabilidade civil profissional, a melhoria do apoio técnico aos membros, diferentes quotizações, encontros/eventos com contabilistas certificados, empresários e entidades públicas descentralizados, o reforço das plataformas de formação da OCC e o reforço das ferramentas de apoio social aos membros.

No entanto, destacamos as seguintes sugestões recebidas, as quais iremos implementar durante o ano de 2023:

- Criação de iniciativas focadas nos contabilistas certificados trabalhadores dependentes de entidades privadas e públicas.



XIII. Conclusões

Apresentamos um Plano de Atividades e Orçamento para 2023 caracterizado pela contenção e consolidação. Pela contenção nos gastos da Ordem por forma a não beliscar minimamente o trabalho de recuperação da saúde financeira da Ordem feito ao longo dos últimos 5 anos. E pela consolidação de projetos e atividades iniciadas em 2022, como, por exemplo, o CCclix, o Livro da Contabilidade, a Certificação de Qualidade, a disponibilização de formação profissional gratuita em formato virtual a todos os membros, a representação de Braga e Viana do Castelo, entre outros.

De forma responsável, mas ambiciosa, continuaremos sempre, a trabalhar em prol exclusivo da profissão e dos contabilistas certificados. Nesse sentido, apresentamos, no presente PAO 2023, um conjunto de iniciativas que nos permitem concretizar e alcançar importantes metas que dão, direta ou indiretamente, melhores condições profissionais e pessoais para os contabilistas certificados, reforçando a regulação e interesse público da profissão.

Seja no setor privado ou público, junto do poder político, tecido empresarial ou sociedade civil, a Ordem atuará sempre de forma transparente, motivada, empenhada e em consonância com os interesses dos seus membros, construindo um melhor enquadramento profissional. Muitas metas por alcançar, ferramentas a disponibilizar, muitas normas legislativas a melhorar e outras a consagrar no nosso ordenamento jurídico, temos consciências, comportamentos e mentalidades que têm de continuamente ser alteradas e melhoradas. Temos muito trabalho pela frente, no entanto, catapultados pelo apoio e união de toda uma classe, estamos certos que continuaremos sempre a melhorar, ano após ano, medida após medida, a vida pessoal e profissional dos contabilistas certificados.





XIV. Recursos Humanos e Financeiros, Orçamento para 2023

1	2
3	4

Num momento crucial da história da profissão, o plano de atividades foi construído tendo por base três grandes vetores estratégicos definidos pelo Conselho Diretivo da Ordem para a implementação da política delineada para o mandato 2022-2025, I - A Ordem dos membros, para os membros e com os membros; II - Re-invenção do contabilista certificado; III - Profissão de interesse público.

A Ordem é dos seus membros e todas as suas ações são para os membros, devendo a Ordem manter-se sempre ao lado dos membros. Em quatro anos, reconfigurámos por completo a Ordem dos Contabilistas Certificados. Com contas saudáveis, dedicada exclusivamente aos membros, aberta e sempre disponível para apoiar e ajudar, seja tecnicamente ou socialmente, a Ordem é hoje a entidade reguladora de uma profissão com maior notoriedade e credibilidade junto do governo, tecido empresarial e sociedade civil. Assinalada e reconhecida pela sua imparcialidade e isenção política, independência e rigor técnico, a Ordem e os contabilistas certificados, são sinónimo de inegável participação económica e social no país e na comunidade. Mas somos ambiciosos e devemos ser sempre mais auspiciosos. Assim, com as bases construídas e solidificadas, não só queremos reforçar o trabalho realizado nos últimos anos, como queremos conquistar mais vitórias, sempre e em exclusivo benefício, da profissão e dos contabilistas certificados.

A revolução nas profissões é hoje afetada pela digitalização de procedimentos, mercado económico global e mudanças climáticas. Estes três fatores mudam o mundo, interagindo entre si e exercendo influência na política, na geopolítica, no mercado de trabalho, na ética e na sociedade civil.

Para sermos agentes ativos na definição do futuro paradigma social e para termos sucesso, teremos de dispor de competências digitais, no sentido de tirar proveito das novas tecnologias e delas tirar o maior proveito. É necessário um conhecimento apurado e diverso para se ser um bom consultor, ter visão estratégica, saber comunicar e de forma mais ágil, prática e perceptível, apostar no marketing digital, melhorar procedimentos internos, desenvolver novos modelos de negócio e criar um ecossistema profissional mais produtivo.

Atendendo ao desenvolvimento tecnológico, importa que amanhã estejamos mais bem preparados que o estávamos ontem, pelo que é nosso compromisso garantir que a Ordem orientará os seus membros nesse caminho, qualifican-

do-os, informando-os e disponibilizando-lhes todas as ferramentas necessárias ao desempenho profissional pautado pelos mais elevados padrões de qualidade.

O interesse público da profissão prende-se com o valor que o poder político, tecido empresarial e a sociedade civil dá ao nosso trabalho. Requerendo, cada vez maior quantidade e mais variada informação, por forma a não só garantirmos, mas reforçarmos o interesse público da nossa profissão, temos de abraçar o nosso papel e responsabilidade económica, financeira, social e ambiental.

Enquanto criadores de valor dotado de interesse público, devemos procurar desempenhar um papel cada vez mais ativo na construção do paradigma económico e social sustentável, produzindo trabalho que se foque não só no relato financeiro, mas também no relato social e ambiental.

Tendo-se celebrado, recentemente, os 500 anos da viagem de circunavegação de Fernão Magalhães, tal como ele, no futuro próximo, teremos de possuir uma visão global e focarmo-nos nos aspetos políticos, sociais, ambientais e tecnológicos. Ao leme da Ordem, num prisma de contenção e consolidação, alocaremos todos os recursos humanos e financeiros de forma a concretizar o conjunto de propostas apresentadas no plano de atividades capazes de efetivamente mostrar como todas as peças se encaixam, potencializando o contabilista certificado e as suas funções e na criação de valor.

A concretização dos vetores estratégicos da Ordem dos Contabilistas Certificados, a alocação de todos os seus recursos de forma eficiente e ágil na regulação e desenvolvimento da profissão e dos seus membros, fornecer aos contabilistas certificados as ferramentas necessárias para ajustarem ou aperfeiçoarem o seu perfil profissional tendo em conta os mais elevados padrões de qualidade, preparando-se para um futuro cheio de oportunidades, o reforço da classe profissional e fortalecimento da sua posição junto de toda a sociedade em geral tendo em consideração o seu interesse público, apenas será possível com a execução de um plano operacional de ação que inclui as medidas concretas que constituem a base dos projetos e atividades a desenvolver em 2023, dependendo a concretização da disponibilidade e boa afetação dos recursos humanos e financeiros disponíveis.

Nos termos da alínea a) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), compete ao Conselho Diretivo «*elaborar até 30 de novembro de cada ano, o plano de atividades e o orçamento para o ano civil seguinte.*»

Neste capítulo o Conselho Diretivo apresenta a proposta de orçamento da Ordem dos Contabilistas Certificados para o ano de 2023.



Enquadramento

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos, foram três promessas alcançadas nos últimos quatro anos. Com base nos três focos referidos, conseguimos manter o rácios de solvabilidade e da autonomia financeira estáveis e consistentes, diminuir o passivo e aumentar o ativo e os fundos patrimoniais e, mesmo em pandemia, obtiveram-se sempre resultados líquidos positivos, apesar da exceção prevista de resultado líquido negativo no ano de 2022 relacionada com o acréscimo de gastos pela realização do 7.º Congresso, derivado do aumento excecional dos preços. Tudo isto, aumentando, paralelamente, os serviços e apoios aos membros, comprovando assim que se pode alcançar grandes resultados, sem esbanjamento e com uma boa gestão dos recursos.

Iremos sempre, garantir a mesma transparência, o mesmo rigor, os mesmos critérios na alocação dos recursos da Ordem dos Contabilistas Certificados. Informaremos e prestaremos contas, com base num relato financeiro e não financeiro com vertentes sociais e ambientais. Como hoje, as contas da Ordem serão o exemplo maior da boa prestação de contas junto da sociedade civil, reforçando o valor e interesse público da Ordem e dos contabilistas certificados, sendo um *benchmark* a seguir pelos mais variados *stakeholders*.

Competência, rigor e excelência dos serviços da Ordem; Confiança dos membros; Transparência em todos os atos da instituição. É assim que pretendemos consubstanciar os valores da Ordem dos Contabilistas Certificados, sempre em prol dos contabilistas certificados.

As contas da Ordem são hoje, sinónimo de transparência na gestão, informação pertinente e atempada. A publicação de relatórios financeiros intercalares trimestrais permite aos contabilistas certificados e à sociedade em geral um conhecimento global e aprofundado sobre as contas da Ordem dos Contabilistas Certificados, permitindo um total escrutínio das atividades desenvolvidas.

A total clareza de processos na divulgação de informação económico-financeira da instituição é um cunho indissociável do atual Conselho Diretivo, tendo em vista construir uma nova era na nossa profissão, uma era de rigor, transparência e mais eficiente gestão de recursos.

Em 2023, num ano de contenção e consolidação dos projetos e atividades, pretendemos dar continuidade na apresentação e disponibilização, permanentemente, via consulta direta e *newsletter*, das contas e situação financeira da Ordem a todos os interessados, intensificar o desenvolvimento da informação apresentada e continuar com a publicação e disponibilização trimestral, via *newsletter* e publicação nas redes sociais da Ordem, de relatórios integrados intercalares.

De forma a manter os contabilistas certificados informados e conhecedores da atividade da Ordem, disponibilizaremos, permanentemente e de forma agilizada, toda a documentação. Pretendemos desenvolver o relato integrado da Ordem em 2023, com informação financeira e não financeira, considerada uma prioridade fundamental da Ordem, mostrando o valor da informação não financeira junto dos vários *stakeholders* da Instituição.

Na sequência da prática verificada em anos anteriores pretendemos manter do rigoroso controlo sobre os gastos com os órgãos sociais, garantindo o cumprimento dos valores definidos pela Comissão de Remunerações dos Órgãos Sociais da Ordem e a total transparência na informação disponibilizada e divulgada.

Pretendemos cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem e manter a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no sítio da *internet* da Ordem.

De seguida apresentam-se os valores para as principais rubricas do orçamento:

Rendimentos

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe dos rendimentos totais orçamentados para os anos de 2022 e 2023:

<i>euros</i>					
Rendimentos	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vendas	10 440	25 440	-15 000	-59,0%	0,1%
Prestações de serviços	20 291 558	18 051 886	2 239 672	12,4%	97,2%
Trabalhos para a própria entidade	327 138		327 138		1,6%
Outros rendimentos	241 718	4 330 502	-4 088 784	-94,4%	1,2%
Juros, dividendos e outros rendimentos		160	-160	-100,0%	
Total	20 870 853	22 407 988	-1 537 134	-6,9%	100,0%

O valor total dos rendimentos orçamentados para o ano de 2023 é de 20.870.853 euros, apresentando um desvio face aos valores orçamentados em 2022 de -1.537.134 euros (-6,9%).

Salientamos o facto que no orçamento de 2022 está incluído na rubrica de outros rendimentos o valor de 4.172.621 euros, referente à estimativa de venda dos imóveis da Avenida Almirante Gago Coutinho, adquiridas para "Casa dos CC" e o edifício da Avenida 24 de Julho, anterior sede da Ordem. Apesar de não estar incluído no orçamento de 2023, tendo em consideração a instabilidade dos mercados, é intenção do conselho diretivo continuar todas as diligências para a venda dos imóveis.



Comparação do orçamento 2023 com o orçamento de 2022

euros

Rendimentos	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vendas de mercadorias	10 440	25 440	-15 000	-59,0%	0,1%
Serviços prestados	20 291 558	18 051 886	2 239 672	12,4%	97,2%
Jóias	114 060	95 700	18 360	19,2%	0,5%
Quotas	11 826 180	9 824 112	2 002 068	20,4%	56,7%
Ações de Formação OCC	989 470	1 950 399	-960 929	-49,3%	4,7%
Formação eventual	887 386	908 800	-21 414	-2,4%	4,3%
Formação (segmentada, à distância e recorrente)	102 083	951 599	-849 515	-89,3%	0,5%
7.º Congresso OCC		90 000	-90 000	-100,0%	
Taxas e emolumentos	636 292	526 578	109 714	20,8%	3,0%
Taxas de Inscrição - Regulamento de atribuição de créditos	8 347	4 896	3 451	70,5%	0,0%
Vinhetas	43 444	42 578	866	2,0%	0,2%
Outros serviços	6 673 765	5 607 623	1 066 142	19,0%	32,0%
Serviços de informática (aos membros)	6 510 063	5 337 793	1 172 270	22,0%	31,2%
Cedência espaço instalações OCC e serviços complementares	9 650	27 830	-18 180	-65,3%	
Encontro Nacional dos CC	50 000	6 000	44 000	733,3%	0,2%
Outros eventos	74 000	29 000	45 000	155,2%	0,4%
Patrocínio 7.º Congresso CC		150 000	-150 000	-100,0%	
AFAF - Reforço Capacidades Institucionais (OTOCA)	30 052	57 000	-26 948	-47,3%	0,1%
Trabalhos para a própria entidade	327 138		327 138		1,6%
Projeto CCclix	217 322		217 322		1,0%
Projeto Portal Institucional	55 305		55 305		0,3%
Projeto Gestão Acessos OCC	54 511		54 511		0,3%
Outros rendimentos	241 718	4 330 502	-4 088 784	-94,4%	1,2%
Multas-processos disciplinares e AT	98 901	45 868	53 033	115,6%	0,5%
Rendas	142 817	112 013	30 804	27,5%	0,7%
Outros (inclui alienação imóveis - mais-valias)		4 172 621	-4 172 621	-100,0%	
Juros, dividendos e outros rendimentos		160	-160	-100,0%	
Juros obtidos		160	-160	-100,0%	
Total	20 870 853	22 407 988	-1 537 134	-6,9%	100,0%

O valor orçamentado em 2023 referente à venda de mercadorias (material *merchandising*) é de 10.440 euros, apresentando uma redução em relação ao valor do orçamento de 2022 de -15.000 euros (-59,0%), atendendo que no ano de 2022 foi considerado um valor adicional devido à realização do 7.º Congresso dos Contabilistas Certificados.

A prestação de serviços com um peso de 97,2% no valor total dos rendimentos orçamentados, apresenta um valor de 20.291.558 euros, valor superior em 2.239.672 euros (+12,4%) face ao valor orçamentado para o ano de 2022.

O valor das quotas, rubrica com maior peso nos rendimentos da Ordem com um valor de 11.826.180 euros (+56,7%) apresenta um aumento de 20,4% (+2.002.068 euros) face ao valor orçamentado em 2022. O valor orçamentado para as quotas tem em consideração a manutenção dos atuais 67.507 membros ativos com uma quota mensal de 15 euros e os 2.322 membros suspensos com uma quota mensal de 7,5 euros.

Salienta-se que o orçamento de 2022, considerou os 68.120 membros existentes na sua data de elaboração com uma quota mensal de 12 euros, e 2.443 membros com suspensão voluntária com uma quota mensal de 6 euros.

Prevê-se ainda que ao longo do ano de 2023 existam uma média de 708 novos membros, para os quais se perspetiva uma redução de 50% nos primeiros doze meses de inscrição sendo o impacto orçamental desta redução do valor da quota de 63.720 euros.

Também para os membros com mais de 80 anos, prevê-se a isenção das quotas para os que não desenvolvem atividade (média de 578 membros), com um impacto na redução do rendimento das quotas de 106.920 euros. Adicionalmente está previsto a redução das quotas em 50% para membros que não desenvolvem atividade entre os 75 anos e os 80 anos (média de 638 membros). Esta medida, terá um impacto na redução dos rendimentos das quotas de 57.420 euros.

Prevê-se ainda a existência do cancelamento de inscrição de 1.700 membros, com um impacto no orçamento de 2023, de 306.000 euros, devido ao aumento do valor da quota mensal de 3 euros.

As prestações de serviços referentes a ações de formação, tem um peso de 4,7% no total dos rendimentos da Ordem, com um valor de 989.470 euros, tendo uma variação negativa de -49,3% (-960.929euros) face ao valor orçamentado em 2022, atendendo que toda a formação *online*, (formação à distancia, *plug-in*, descomplicar na hora, Reuniões livres e CCclix) passa a ser gratuita a partir de 1 de janeiro de 2023. O valor dos rendimentos das ações de formação previsto no orçamento para o ano de 2023 é exclusivamente referente à formação presencial (formação eventual e formação segmentada).

O programa de formação profissional contínua da Ordem que antes da crise pandémica assentava principalmente em modelos de formação presencial, durante o ano de 2020, reinventou-se em novos modelos de formação, e conseguiu-se criar uma capacidade de resposta tremenda às necessidades dos membros, tendo-se alterado substancialmente o figurino da estrutura de gastos associada ao novo modelo, em comparação com a situação anterior, antes da covid-19.

No ano de 2023 pretende-se disponibilizar inovadoras e diversificadas sessões de formação profissional contínua, que respondam às mais recentes necessidades formativas dos contabilistas certificados, assegurando que o programa e modelos formativos da Ordem se mantêm atuais, flexíveis, modernos e completos.

É premissa para o ano de 2023 desenvolver o CCclix realizando e publicando mais vídeos e tutoriais de todas as matérias, do dia a dia dos profissionais, como sejam as matérias estatutárias e deontológicas, matérias de contabilidade, ma-



térias de fiscalidade, matérias sobre o direito do trabalho e segurança social, entre outras.

Pretende-se em 2023 manter a emissão semanal das reuniões livres com transmissão via *YouTube*, garantindo a existência de modelo de esclarecimento de questões técnicas de livre acesso aos membros.

Em 2023, a OCC vai continuar com a disponibilização gratuita para os novos membros, inscritos há menos de um ano, de cursos de formação em competências essenciais para o início do exercício da profissão.

Depois da derrogação do dever de realização dos 30 créditos previstos no Regulamento da Formação Profissional Contínua, tanto em 2020 como em 2021, e 10 créditos no ano de 2022, no ano de 2023 é obrigatório o cumprimento do estipulado naquele normativo.

O valor das taxas e emolumentos de 636.292 euros apresenta um aumento de 109.714 euros (+20,8%) face ao valor orçamentado em 2022. Neste valor a parcela mais significativa é referente ao valor da taxa do exame (541.800 euros) prevendo-se em 2023 o número de 2.709 inscrições para os três exames previstos realizar.

Na prestação de serviços de informática aos membros (*TOConline*) foi considerado um aumento de 22,0% (+1.172.270 euros), face ao orçamento de 2023, tendo em consideração o número de licenças ativas em 31 de outubro 2022 e o preço praticado nessa data.

Os trabalhos para a própria entidade, referentes aos projetos de investimento (ativos intangíveis) CCclix, Portal Institucional, Gestão de Acessos OCC, apresentam um valor total de 327.138 euros.

Os outros rendimentos apresentam um valor de 241.718 euros, com uma redução muito substancial face ao valor orçamentado para 2022 de -94,4% (-4.088.784 euros). No orçamento de 2022 está incluído na rubrica de outros rendimentos o valor de 4.172.621 euros, referente à estimativa de venda dos imóveis da Avenida Almirante Gago Coutinho, adquiridas para "Casa dos CC" e o edifício da Avenida 24 de Julho, anterior sede da Ordem. Reforçamos que embora não esteja incluído no orçamento de 2023, tendo em consideração a instabilidade dos mercados, é intenção do conselho diretivo manter todas as diligências para a venda dos imóveis.

As multas de processos disciplinares e da AT referentes à cobrança coerciva das quotas, inseridas na rubrica de outros rendimentos, apresentam um valor orçamentado para 2023 de 98.901 euros, tendo como base o valor real estimado para o período de 2022.

Gastos

No quadro seguinte, apresentam-se os gastos totais orçamentados para 2022 e 2023:

euros

Gastos	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
CMVMC		15 000	-15 000	-100,0%	0,0%
FSE	12 594 718	13 167 553	-572 835	-4,4%	61,2%
Gastos com o pessoal	6 079 850	5 591 733	488 118	8,7%	29,5%
Gastos de depreciação e de amortização	1 461 449	1 239 526	221 923	17,9%	7,1%
Perdas por imparidade	96 000	96 000			0,5%
Outros gastos	280 486	277 894	2 592	0,9%	1,4%
Gastos de financiamento	69 856	76 391	-6 536	-8,6%	0,3%
Total	20 582 359	20 464 096	118 262	0,6%	100,0%

Os gastos totais previstos para o ano de 2023 apresentam um montante de 20.582.359 euros, com um aumento de 118.262 euros (+0,6%) em relação ao valor orçamentado no ano de 2022.

Os fornecimentos e serviços externos são os gastos com maior peso no orçamento total da Ordem apresentando uma percentagem de 61,2% a que corresponde o montante de 12.594.718 euros, e apresentam uma redução de -4,4% (-572.835 euros) face ao orçamento de 2022.

Comparação do orçamento 2023 com o orçamento de 2022

euros

Fornecimentos e serviços externos	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Subcontratos	4 034 123	4 009 693	24 430	0,6%	32,0%
Serviços especializados	4 279 980	5 038 523	-758 543	-15,1%	34,0%
Trabalhos especializados	2 561 573	3 260 172	-698 599	-21,4%	20,3%
Publicidade e propaganda	24 540	31 540	-7 000	-22,2%	0,2%
Vigilância e segurança	242 777	154 599	88 178	57,0%	1,9%
Honorários	902 671	1 069 420	-166 749	-15,6%	7,2%
Conservação e reparação	168 637	207 902	-39 265	-18,9%	1,3%
Serviços bancários	236 965	191 000	45 965	24,1%	1,9%
Outros serviços especializados	142 817	123 889	18 928	15,3%	1,1%
Materiais	203 864	54 996	148 868	270,7%	1,6%
Ferramentas e utensílios	5 872	6 000	-128	-2,1%	0,0%
Livros e documentação técnica	5 750	2 400	3 350	139,6%	0,0%
Material de escritório	36 186	30 996	5 190	16,7%	0,3%
Artigos para oferta	156 056	15 600	140 456	900,4%	1,2%
Energia e fluídos	283 125	125 326	157 799	125,9%	2,2%
Deslocações, estadas e transportes	314 361	258 227	56 135	21,7%	2,5%
Serviços diversos	3 479 265	3 680 788	-201 524	-5,5%	27,6%
Rendas e alugueres	278 498	531 625	-253 126	-47,6%	2,2%
Comunicação	469 032	871 612	-402 580	-46,2%	3,7%
Seguros	2 598 313	2 059 924	538 389	26,1%	20,6%
Contencioso e notariado	23 741	5 400	18 341	339,7%	0,2%
Despesas de representação	485	32 473	-31 988	-98,5%	0,0%
Limpeza, higiene e conforto	109 196	179 756	-70 560	-39,3%	0,9%
Total	12 594 718	13 167 553	-572 835	-4,4%	100,0%



O valor dos gastos com o pessoal orçamentado para o ano de 2023, tem um peso de 29,5% no valor total dos gastos e apresentam um valor de 6.079.850 euros, mais 8,7% que o valor orçamentado no ano de 2022.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos merece uma análise mais detalhada, nas seguintes subrubricas:

a) Subcontratos

Os subcontratos incluem, sobretudo, os gastos com o sistema de informação do contabilista certificado (SICC), com o desenvolvimento, alojamento e atualização do programa *TOConline*, a impressão das agendas e calendários, a impressão do livro de Contabilidade e das publicações periódicas da Ordem, e apresentam para 2023 um valor de 4.034.123 euros, sendo a rubrica com maior peso nos fornecimentos e serviços, representando 32,0%. Em 2023, os subcontratos registam um aumento de 24.430 euros (+0,6%) face ao valor orçamentado para o ano de 2022. O valor referente ao alojamento, manutenção e atualização do programa *TOConline* regista um aumento de +393.681 euros (+12,1%) no orçamento de 2023 face ao orçamento de 2022, e representa 59,9% do total da rubrica dos subcontratos.

O valor referente à impressão do livro de Contabilidade, no orçamento de 2023 face ao orçamento de 2022, apresenta uma redução de -110.982 euros (-50,3%) e o valor impressão das agendas e calendários a enviar a todos os membros, uma redução de -220.273 euros (-66,4%).

O gasto referente ao serviço de impressão da revista contabilista regista um valor de 97.318 euros, valor inferior em -20,7% (-25.457 euros) face ao valor orçamentado para 2022, atendendo que em 2023 não está previsto o envio das agendas conjuntamente com a revista de dezembro para todos os membros.

Subcontratos	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Vinhetas	1 057	4 616	-3 559	-77,1%	
SICC	70 689	70 689			1,2%
<i>TOConline</i>	3 644 279	3 250 598	393 681	12,1%	59,9%
Impressão agendas	111 229	331 502	-220 273	-66,4%	1,8%
Impressão Livro da Contabilidade	109 551	220 533	-110 982	-50,3%	1,8%
Impressão Revista CC	97 318	122 775	-25 457	-20,7%	1,6%
Outras Impressões		8 980	-8 980	-100,0%	
Total	4 034 123	4 009 693	24 430	0,6%	66,4%

euros

b) Serviços especializados

Os serviços especializados em 2023 apresentam um valor de 4.279.980 euros, com uma redução de -15,1% (-758.543 euros) em relação ao orçamento de 2022, e representam 34,0% do valor total dos fornecimentos e serviços externos.

Trabalhos especializados e honorários

Os trabalhos especializados em 2023 apresentam um valor de 2.561.573 euros, com uma redução de -21,4% (-698.599 euros) em relação ao orçamento de 2022. Deste valor, a maior fatia é referente aos gastos de trabalhos especializados da formação eventual, formação segmentada, formação à distância, formação *plug-in*, e reuniões livres, que tem um valor de 485.096 euros, com um peso de 18,93% do valor total dos trabalhos especializados, valor inferior em -65,7% (-253.075 euros) em relação ao orçamento de 2022. Esta redução está diretamente relacionada com o plano de realização de três formações eventuais em 2023, tendo em consideração que no orçamento de 2022 foi estimada a realização de quatro formações eventuais.

Os honorários apresentam em 2023 um valor de 902.671 euros, com uma redução de -166.749 euros (-15,6%) face ao orçamento de 2022. Nesta rubrica de honorários a formação profissional apresenta um valor de 677.201 euros, com um aumento face ao orçamento de 2022 de 163.620 euros (+31,9%). Na rubrica de honorários está também incluído o valor de 126.012 euros para as várias Comissões, o valor de 33.000 euros para consultoria técnica, o valor de 66.420 euros para assessoria jurídica.

No quadro seguinte são apresentados os valores agregados referentes a trabalhos especializados (formadores e restauração) e honorários (formadores) referentes às várias modalidades de formação profissional disponíveis para os membros. Englobando o valor de trabalhos especializados e honorários os gastos referentes à formação profissional apresentam em 2023 um valor de 1.026.077 euros, apresentando uma redução de 225.676 euros (-18,0%) face ao orçamento do ano de 2022. De referir que os gastos dos formadores da formação podem ser considerados trabalhos especializados ou honorários conforme a qualidade de sujeito passivo que emite as faturas.

euros

Formação	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Formação eventual	392 737	463 862	-71 125	-15,3%	6,5%
Formadores segmentada SAF-T AT		45 204	-45 204	-100,0%	
Formação segmentada	43 717	147 961	-104 244	-70,5%	0,7%
Formação distância/plug-in	237 454	233 934	3 520	1,5%	3,9%
Formação recorrente		5 400	-5 400	-100,0%	
Formação Reuniões Livres	299 748	311 392	-11 644	-3,7%	4,9%
Formação TOCOnline ambiente de trabalho	52 422	44 000	8 422	19,1%	0,9%
Total trabalhos especializados e honorários	1 026 077	1 251 753	-225 676	-18,0%	16,9%

O quadro a seguir apresentado evidencia os valores orçamentados para 2023 dos gastos referentes à formação gratuita e o respetivo investimento no CCclix.

euros



Apoio aos membros – Formação	Reuniões Livres e RL TOCOnline	Formação à distância	Formação descomplicar	Formação plug-in	CCclix	Total Orçamento 2023
Investimentos						
Ativo intangível					650 925	650 925
Ativo intangível em curso					108 661	108 661
Subtotal					759 586	759 586
Recursos humanos	14 574		2 364	12 464		29 402
Formadores	326 603	34 150	27 853	126 600		515 206
Serviços de informática		19 352	19 352	19 352	55 350	113 406
Elaboração manuais de formação		25 000		13 000		38 000
Rendas e alugueres-espacos	57 741					57 741
Rendas e alugueres-Equipamentos	7 228					7 228
Deslocações, estadas e refeições	21 533					21 533
Gastos de amortização					229 689	229 689
Total gastos	427 679	78 502	49 568	171 416	285 039	1 012 204

Os trabalhos especializados incluem o valor de 531.718 euros para os serviços especializados de informática e 90.650 euros para serviços especializados do *TOCOnline*.

Para além do referido os trabalhos especializados incluem ainda o valor de 616.109 euros para as várias Comissões, (que inclui o valor de 112.427 euros para a coleção Essencial), o valor de 140.331 euros para a Festa de Natal da Ordem dos Contabilistas Certificados, o valor de 147.600 euros para o arranque do Balcão Único.

Publicidade e propaganda

Esta rubrica tem valor orçamentado para o ano de 2023 de 24.540 euros, menos 7.000 euros (-22,2%) que o valor orçamentado para o ano de 2022, tendo sido orçamentado um valor de 7.000 euros para o congresso CC no ano de 2022.

Vigilância e segurança

Os gastos referentes a vigilância e segurança em 2023 apresentam um valor de 242.777 euros, apresentando um aumento significativo de 88.178 euros (+57,0%) face ao valor orçamentado em 2022. Do montante total previsto para o ano de 2023, 80.980 euros são atribuídos à sede e auditório de Lisboa, o montante de 63.947 euros para a delegação e auditório do Porto e o valor 95.128 euros para a nova delegação de Braga, sendo esta a principal razão do acréscimo do valor orçamentado em 2023 face ao valor orçamentado para o ano de 2022.

Conservação e reparação

Os serviços especializados de conservação e reparação apresentam em 2023 um valor de 168.637 euros, com uma redução de -39.265 euros (-18,9%) face ao orçamento de 2022 e tendo em consideração os valores reais de 2022.

Serviços Bancários

Em relação aos serviços bancários prevê-se para 2023 um gasto de 236.965 euros, mais 45.965 euros (+24,1%) que o valor previsto no orçamento para o ano de 2022, ajustado ao valor real de 2022.

Outros serviços especializados

Os outros serviços especializados com um valor previsto para 2023 de 142.817 euros, incluem na sua totalidade valor da renda do edifício da rua 24 julho do período de janeiro a outubro de 2023, o qual reverte na totalidade para o Fundo de Pensões.

c) Materiais

Esta rubrica apresenta um valor orçamentado para 2023 de 203.864 euros, mais 148.868 euros (+270,7%) que o valor orçamentado para 2022, e refere-se essencialmente aos gastos com as medalhas comemorativas dos 25 anos de profissão de contabilista certificado com um valor de 96.887 euros e às ofertas da Festa de Natal a realizar em dezembro de 2023 com um valor de 43.345 euros, sendo o remanescente referente a material de escritório.

d) Energia e fluídos

Os gastos previstos com o fornecimento de água e eletricidade, de Lisboa, Porto, Braga e outras representações da Ordem, apresentam uma variação de mais 157.799 euros (+125,9%) face ao valor apresentado no orçamento de 2022, sendo o valor previsto para o ano de 2023 de 283.125 euros. Este acréscimo substancial de valor está relacionado com o aumento dos preços e com a nova representação de Braga.

e) Deslocações, estadas e transportes

Esta rubrica de deslocações, estadas e transportes regista, designadamente, os gastos decorrentes da participação nas diversas formações, eventos e fóruns nacionais e internacionais, bem como outras deslocações dos diversos Órgãos ao serviço da Instituição.

O valor orçamentado para o ano de 2023 é de 314.361 euros, com um aumento em relação ao valor orçamentado para o ano de 2022 de 56.135 euros (+21,7%) que se justifica face aos eventos previstos e ao agravamento da inflação. Estão incluídos nesta rubrica os gastos de deslocações, estadas e transportes dos órgãos sociais no montante de 181.031 euros. Também estão incluídos nesta rubrica o valor de 115.638 euros para as deslocações, estadas e transportes da formação, representações internacionais, conferências e outros eventos e o montante de 17.693 euros para deslocações, estadas e transportes dos colaboradores dos vários departamentos ao serviço da Ordem.



f) Serviços diversos

Rendas e alugueres

O valor dos gastos previstos para rendas e alugueres no ano de 2023 é de 278.498 euros, com uma redução de 253.126 euros (-47,6%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2022, sendo o valor de 200.000 euros referente ao VII Congresso CC realizado em setembro de 2022.

Nesta rubrica destaca-se ainda o valor dos alugueres para as reuniões livres de 64.968 euros, e para a formação o valor de 111.572 euros.

Comunicação

O valor previsto para comunicação em 2023 é de 469.032 euros, com uma redução em relação ao valor previsto no orçamento de 2022 de 402.580 euros (-46,2%). Neste valor está incluído o correio normal e editorial no montante de 192.608 euros, o valor de telefones, internet e televisão de 162.617 euros e o montante de 58.983 euros para o envio das agendas e o valor de 54.823 euros para o envio do livro de Contabilidade.

Seguros

No que respeita à previsão de gastos com seguros, a mesma inclui as apólices de seguros de responsabilidade civil profissional e de saúde dos membros suportados pela Ordem, bem como os restantes seguros, como sejam, os do ramo automóvel, multiriscos e responsabilidade civil contratados para o exercício da atividade institucional.

O valor previsto no orçamento para 2023 é de 2.598.313 euros, com um aumento em relação ao valor orçamentado para 2022 no montante de 538.389 euros (+26,1%). Salienta-se que esta rubrica tem um peso muito expressivo de 20,6% no valor total dos gastos de fornecimentos e serviços externos.

O valor orçamentado para 2023 do seguro de responsabilidade civil é de 757.375 euros, mais 158.695 euros (+26,5%) face ao valor orçamentado para o ano de 2022. Este aumento anual previsto está diretamente relacionado com o aumento do valor anual a pagar pelo Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (SRCP) do contabilista certificado no período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024.

O valor referente ao seguro de saúde dos membros em 2023 apresenta um valor de 1.808.280 euros, mais 379.739 euros (+26,6%) face ao valor orçamentado para 2022, que apresentou um valor de 1.188.522 euros, devido ao agravamento previsto da apólice para o período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024.

Contencioso e Notariado

O montante orçamentado para 2023 em relação a gastos de contencioso e notariado é de 23.741 euros, com um aumento de 18.341 euros (+339,7%) face ao valor orçamentado em 2022, com base no valor real do ano de 2022.

Limpeza, Higiene e Conforto

Relativamente aos gastos de limpeza, higiene e conforto estima-se para o ano de 2023 um valor de 109.196 euros, com uma redução de 70.560 euros (-39,3%) face ao valor orçamentado no ano de 2022. Este gasto desceu substancialmente pela redução das necessidades de aquisição de serviços de limpeza e higiene de proteção covid-19.

Gastos com o pessoal

Competência, responsabilidade, capacidade de resposta, altruísmo e agilidade, são estas as características comuns a todos os colaboradores da Ordem por forma a que os vários serviços e departamentos consigam, nas mais variadas áreas, responder a todas as necessidades dos contabilistas certificados e demais interessados.

Neste sentido, como é nosso apanágio, continuaremos atentos, identificando necessidades e agindo prontamente no sentido de reforçar os pontos ou áreas de apoio aos membros que carecem de reforço. Seja em termos de apoio técnico, jurídico, formativo ou pessoal, continuaremos a melhorar e dia após dia, a ajuda da Ordem será sempre mais eficiente e de pronta resposta.

Ao presente momento, a estrutura interna da Ordem é constituída por 130 colaboradores, distribuídos por 14 departamentos/serviços cooperantes e interligados entre si.

Os gastos com o pessoal, que incluem as remunerações e encargos dos colaboradores e órgãos sociais da OCC apresentam um valor de 6.079.850 euros, registando um aumento de 488.118 euros (+8,7%) face ao orçamento de 2022.

A Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC eleita pela Assembleia Representativa no dia 5 de março de 2022, conforme disposto na alínea g) do art.º 40.º do Estatuto da OCC (EOCC), no dia 7 de novembro 2022 deliberou a definição, numa base fundamentada e estruturada, de uma tabela de remunerações para os membros do conselho diretivo, conselho jurisdicional, conselho fiscal e o valor das senhas de presença para os membros dos restantes órgãos e comissões estatutárias para o ano de 2023, sem qualquer alteração de valores das remunerações em relação ao definido para o ano de 2022. As remunerações dos Órgãos Sociais orçamentadas para o ano de 2023 têm como base o estipulado pela referida Comissão.



As remunerações dos Órgãos Sociais orçamentadas para o ano de 2022 tiveram como base o estipulado pela Comissão de Fixação das Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC para o ano de 2021, atendendo que na data da realização do orçamento referente ao ano de 2022, devido ao novo ato eleitoral realizado no dia 18 de novembro de 2021, a nova Comissão ainda não tinha sido eleita.

euros

Gastos com o Pessoal	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Remunerações órgãos sociais	687 120	632 919	54 201	8,6%	11,3%
Remunerações do pessoal	4 209 587	3 865 351	344 237	8,9%	69,2%
Encargos sobre remunerações órgãos sociais	144 943	133 641	11 302	8,5%	2,4%
Encargos sobre remunerações do pessoal	876 132	806 963	69 170	8,6%	14,4%
Seguros de acidente no trabalho	25 764	21 890	3 874	17,7%	0,4%
Gastos de acção social	120 904	30 112	90 792	301,5%	2,0%
Outros gastos com o pessoal	15 400	100 858	-85 458	-84,7%	0,3%
Total	6 079 850	5 591 733	488 118	8,7%	100,0%

Outros Gastos

euros

Outros Gastos	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %	% s/total
Gastos de depreciação e de amortização	1 461 449	1 239 526	221 923	17,9%	76,6%
Ativos fixos tangíveis	1 109 478	1 165 534	-56 056	-4,8%	58,2%
Ativos intangíveis	351 971	73 991	277 979	375,7%	18,4%
Perdas por imparidade	96 000	96 000			5,0%
Em dívidas a receber	96 000	96 000			5,0%
Outros gastos	280 486	277 894	2 592	0,9%	14,7%
Impostos	49 670	39 246	10 423	26,6%	2,6%
Donativos	6 000	6 000			0,3%
Quotizações	223 736	222 422	1 314	0,6%	11,7%
Outros	1 080	10 225	-9 145	-89,4%	0,1%
Gastos de financiamento	69 856	76 391	-6 536	-8,6%	3,7%
Juros de financiamentos obtidos	60 741	45 421	15 320	33,7%	3,2%
Juros contrato de locação financeira	9 115	30 971	-21 856	-70,6%	0,5%
Total	1 907 790	1 689 811	217 980	12,9%	100,0%

Depreciações e amortizações

As depreciações referentes aos ativos fixos tangíveis apresentam um valor de 1.109.478 euros com uma redução de 56.056 euros (-4,8%) face ao orçamento de 2022. O valor estimado das depreciações tem em consideração os ativos fixos tangíveis atualmente existentes e o investimento previsto para 2023 de equipamento administrativo diverso no valor de 118.450 euros.

As amortizações de ativos intangíveis apresentam um valor de 351.971 euros com um aumento de 277.979 euros (+375,7%) em relação ao valor orçamentado para 2022. O valor estimado das amortizações tem em consideração os ativos intangíveis atualmente existentes, incluindo o valor referente aos ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2022 (Portal OCC e CCclix) e o investimento previsto para 2023 de novas funcionalidades do *site* e *app* e novos cursos e tutoriais do CCclix.

Perdas por imparidade

As perdas por imparidade apresentam um valor orçamentado para 2023 no montante de 96.000 euros, registando um valor similar face ao valor do orçamento de 2022.

Outros gastos

Os «Outros gastos» incluem os impostos (IUC, IMI), os donativos com relevância para as instituições produtoras de eventos relacionados com a atividade profissional, as quotizações para as entidades nacionais e internacionais onde participamos (*European Federation of Accountants for SME's* (EFAA), *Comité de Integración Latino-Europa América* (CILEA), *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM), *International Federation of Accountants* (IFAC), *Edinburgh Group* (EG), *Instituto Internacional de Costos* (IIC), *União de Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa* (UCALP), *Conselho Nacional das Ordens Profissionais* (CNOP) e *Associação para o Desenvolvimento Economico e Social* (SEDES).

Esta rubrica apresenta um valor orçamentado em 2023 no montante de 280.486 euros, mais 2.592 euros (+0,9%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2022.

O valor orçamentado para o ano de 2023 referente a impostos é de 49.670 euros, o valor referente a donativos é de 6.000 euros, o valor estimado para quotizações é de 223.736 euros.

Gastos de financiamento

Os gastos de financiamento com um montante orçamentado para 2023 de 69.856 euros apresentam uma redução de 6.536 euros (-8,6%) face ao valor orçamentado em 2022. Os juros de financiamento estão estritamente relacionados com os investimentos realizados de aquisição e remodelação das instalações do Porto e do auditório de Lisboa, e das instalações adquiridas para a "Casa do CC" de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho.



Efeito do aumento do valor das quotas – rendimentos, gastos e investimentos

O orçamento de 2023 prevê o aumento de 3 euros no valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados pelos membros com inscrição ativa, passando assim a quota mensal a ter o valor de 15 euros.

A proposta do aumento das quotas não afasta:

- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com a inscrição suspensa nos termos do art. 22.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros no primeiro ano de inscrição;
- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com mais de 75 anos de idade que não exerçam ativamente a profissão;
- Isenção total no pagamento de quotas mensais à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com mais de 80 anos de idade que não exerçam ativamente a profissão.

O Conselho Diretivo da Ordem dos Contabilistas Certificados, ouvindo sempre e respeitando a vontade dos seus membros, para melhor delinear o futuro da Ordem, promoveu entre os dias 12 e 27 de novembro de 2022, por uma sondagem eletrónica, perguntando a todos os contabilistas certificados se preferiam ter toda a formação à distância gratuita, tendo um aumento de 3 euros/mês de quota.

No ato que mostrou ser o mais participado da história da Ordem, dos 23.874 votos registados, 67,09 por cento (o equivalente a 16.016 votos) votaram «sim», enquanto 32,91 por cento (correspondendo a 7.858 votos) optaram pelo «não». Assim, registando-se que a maioria dos membros prefere o aumento de 3 euros/mês na quota para assim ter acesso a toda a formação à distância gratuitamente, o Conselho Diretivo apresenta a respeitante proposta de alteração aos membros.

A Ordem, na prossecução da sua missão e objetivos, tem pugnado permanentemente por disponibilizar aos seus membros um vasto conjunto de ferramentas que visam a promoção das melhores condições para o exercício da profissão. Nesse âmbito, a formação profissional contínua, enquanto veículo indispensável ao exercício profissional, pautado pelos mais elevados padrões de excelência, é e será sempre uma das grandes apostas da nossa instituição.

Recentemente, lançámos mais uma ferramenta: inovadora, ágil, interativa e pedagógica. A plataforma de formação profissional – CCclix. Disponível há poucas semanas, a plataforma já reúne a adesão e satisfação de milhares de utilizadores.

Em conjunto, a CCclix com as formações *e-learning*, *plug-in*, reuniões livres e descomplicar na hora, modelos formativos que ficam gratuitos conforme proposta do orçamento de 2023, constituem a formação à distância disponibilizada pela Ordem que, em 2021, chegou a mais de 1 milhão de formandos.

Todos estes projetos representam gastos avultados para a OCC. É, deste modo, inevitável que tenha de se manter o equilíbrio financeiro da instituição.

Atualmente, em média, os contabilistas certificados pagam aproximadamente 120 euros/ano em formação. Com esta proposta de orçamento para 2023, todos os modelos formativos *online*, presentes (CCclix, *e-learning*, *plug-in*, Reuniões Livres e Descomplicar na hora) e futuros, tornam-se gratuitos para todos os contabilistas certificados com inscrição ativa na Ordem.

euros

Membros	N.º Membros	Orçamento 2023		
	2023*	Quota 12€	Quota 15€	Diferença
Quotização-Membros efetivos	67 507	9 721 008	12 151 260	2 430 252
Quotização-Membros suspensos	2 322	167 184	208 980	41 796
Isenção total +80 anos	578	-85 536	-106 920	-21 384
Isenção 50% (75-80 anos)	638	-45 936	-57 420	-11 484
Isenção 50% (1.ºano/novos membros)	708	-50 976	-63 720	-12 744
Cancelamento Inscrição	1 700		-306 000	-306 000
Total	69 829	9 705 744	11 826 180	2 120 436

euros

Apoio aos membros – Formação gratuita	Reuniões Livres e RL TOCOnline	Formação à distância	Formação Descomplicar	Formação <i>plug-in</i>	CCclix	Total Orçamento 2023
Investimento Ativo Intangível 2023					650 925	650 925
Investimento Ativo Intangível 2022					542 265	542 265
Investimento Ativo Intangível em curso 2023					108 661	108 661
Total Investimentos					1 301 851	1 301 851
Recursos Humanos	14 574		2 364	12 464		29 402
Formadores	326 603	34 150	27 853	126 600		515 206
Serviços de Informática		19 352	19 352	19 352	55 350	113 406
Elaboração Manuais de Formação		25 000		13 000		38 000
Rendas e alugueres-Espaços	57 741					57 741
Rendas e alugueres-Equipamentos	7 228					7 228
Deslocações, Estadas e Refeições	21 533					21 533
Gastos de amortização						
Total Gastos	427 679	78 502	49 568	171 416	55 350	782 515

Total Investimento CCCLIX e Gastos	2 084 366
---	------------------



Plano anual de investimentos

Plano anual de investimentos	Orçamento 2023	Orçamento 2022
Ativos fixos tangíveis	268 450	656 900
Edifícios e outras instalações	150 000	150 000
Delegação Viana Castelo	150 000	150 000
Equipamento administrativo	118 450	311 900
Clínicas médicas		200 000
Mobiliário Diverso	18 450	
Equipamento informático	100 000	111 900
Equipamento transporte		195 000
4 viaturas		195 000
Ativos intangíveis	1 001 247	207 507
Site e app	350 322	207 507
CCcLix	650 925	
Investimentos em curso	411 572	3 000 000
Instalações do Porto	75 000	2 000 000
Instalações de Braga	75 000	1 000 000
CCcLix	108 661	
Gestão de acessos OCC	152 911	
Total	1 681 269	3 864 407

No dia 5 de julho de 2021, no Cartório Notarial de Esposende foi adquirido o espaço da futura representação de Viana do Castelo com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, estando incluído na rubrica investimentos em curso de ativos fixo tangíveis, com o valor de 199.114 euros. Dado que vão ser necessárias obras para instalação a realizar até final ano de 2023 está previsto no orçamento o valor de 150.000 euros para a sua concretização.

A nível do equipamento administrativo está previsto a aquisição de equipamento informático no valor de 100.000 euros e a aquisição de mobiliário diverso no valor de 18.450 euros.

No caso dos ativos intangíveis, está previsto o investimento de 350.322 euros para a introdução de novas funcionalidades no novo site e APP e novos cursos de formação e tutoriais do CCcLix. Prevê-se que o ciclo de novos lotes de cursos de formação e tutoriais do CCcLix que sejam iniciados e concluídos no primeiro semestre de 2023.

Está também previsto o valor de 108.661 euros de ativos intangível em curso para um ciclo novos cursos de formação e tutoriais CCcLix, a iniciar em setembro, e o valor de 152.911 euros para a plataforma de gestão de acessos.

No dia 23 de junho de 2022, foi realizada a escritura da nova representação de Braga situada na Quinta do Pinheiro, Rua Frei José Vilaça, n.º 280, Ferreiros, com fundos próprios da Ordem, conforme previsto no Plano de Atividade e Orçamento de 2022, sendo o valor total de aquisição, incluindo IMT, imposto de selo e registos, de 1.708.044 euros. O valor total pago referente à nova delegação de Braga foi 1.426.647 euros uma vez que a diferença em relação ao valor de aqui-

sição é referente à permuta da delegação de Braga e da anterior delegação do Porto na Rua da Boavista.

O valor do investimento em curso das instalações do Porto e Braga é referente a todos os encargos iniciais relacionados com os projetos para remodelação das instalações da representação do Porto e construção do auditório da nova representação em Braga.

Os investimentos previstos são realizados com recurso a fundos patrimoniais próprios da Ordem e são concretizados na proporção das disponibilidades financeiras correntes existentes.

Tesouraria

O orçamento de tesouraria para 2023 apresenta valores estimados para o período de janeiro a dezembro de acordo com o orçamento previsto e os compromissos previamente assumidos.

Tendo em consideração o valor inicial dos saldos de bancos em 01/01/2023 de 292.446 euros, de acordo com o valor do saldo final a 31/12/2022, o valor total previsto de recebimentos de 22.771.540 euros e de pagamentos de 22.463.340 euros, prevê-se um saldo positivo em bancos a 31/12/2023 de 600.645 euros, ao qual acresce o montante de 250.000 euros referente a uma aplicação financeira de curto prazo, com um total de disponibilidades em caixa e bancos de 850.645 euros.

No quadro das duas páginas seguintes apresenta-se o orçamento de tesouraria para o ano de 2023, o montante esperado referente às aplicações financeiras e os valores referentes ao *plafond* disponível para utilização, ambos com referência ao ano de 2023.

Desde o início do primeiro mandato, no ano de 2018 o Conselho Diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo da despesa e das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2018, reduzindo o endividamento e, conseqüentemente, o valor dos juros a pagar. De realçar, que no início de março de 2018 a utilização das contas caucionadas era de 1.846.000 euros, e que, fruto de uma boa gestão das cobranças e dos gastos, fez com que o objetivo do Conselho Diretivo de amortização da totalidade das contas caucionadas fosse concretizado no início de outubro de 2018, num tempo inferior ao previsto.

Para o ano de 2023, tal como durante os anos de 2019 a 2022, mantendo a mesma política de boa gestão das despesas com medição da efetiva necessidade em relação aos objetivos definidos no plano de atividades e gestão cada vez mais eficiente dos valores cobrados, não está prevista a utilização de qualquer valor das contas caucionadas. Apesar disso, e tendo em consideração a premissa de uma gestão prudente e de boa cobertura de qualquer imprevisto extraordinário



devido a razões exógenas ou outras análogas, está previsto para o ano de 2023 a manutenção do plafond disponível para utilização de 1.250.000 euros do *Millennium* BCP e do Santander Totta.

Com especial destaque recordamos que o investimento na aquisição e remodelação do edifício da sede da OCC, na Av. Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa, foi de 12.440.343 euros, tendo-se celebrado em maio de 2005 um contrato de locação financeira imobiliário com o Millennium BCP, de 15 anos, que terminou em junho de 2020. Este contrato com um valor total de financiamento de 9.500.000 euros, que no final de 2019 apresentava um montante em dívida de 482.739 euros, foi totalmente amortizado no 1.º semestre de 2020. No dia 22 de setembro de 2020, o edifício sede da OCC passou a ser oficialmente propriedade desta instituição, com a celebração da escritura efetiva.

A aquisição e remodelação das novas instalações do Porto, inauguradas em março de 2016, teve um valor de investimento de 7.391.066 euros, com recurso a um financiamento junto do BPI de duas tranches de 2.000.000 euros (4.000.000 euros), com um valor em dívida no fim de 2022 de 2.333.333 euros. Uma tranche de 2.000.000 euros estará totalmente amortizada em 2024 e a segunda no ano de 2031. Durante o ano de 2023 está prevista a amortização de 266.667 euros, sendo o montante em dívida no fim de 2023 de 2.066.667 euros.

Para aquisição e remodelação do novo auditório de Lisboa, na Rua Defensores de Chaves, foi realizado um investimento de 4.709.382 euros, pelo que foi necessário recorrer a um financiamento no BPI no montante de 2.225.000 euros em 2014 com um prazo de 17 anos, que termina em 2031. O montante em dívida no final de 2022 é de 1.794.600 euros sendo o montante a amortizar em 2023 de 99.323 euros, pelo que o valor previsto em dívida no final de 2023 será de 1.695.277 euros.

As instalações adquiridas para a casa OCC de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, com um valor de investimento até ao momento de 1.496.628 euros, tiveram um financiamento do BPI aprovado para sua aquisição no montante de 675.000 euros, com um valor em dívida no final de 2022 de 378.743 euros, que será amortizado até 2031. Existe ainda um valor aprovado de financiamento no valor de 100.000 euros para obras de remodelação que não foi utilizado. Durante o ano de 2023 prevê-se amortizar o valor de 37.291 euros, ficando com um valor em dívida no final de 2023 de 341.452 euros.

De acordo com o orçamento de tesouraria o valor estimado da dívida em 31 de dezembro de 2023 é 4.103.395 euros, com uma amortização acumulada dos financiamentos do período 2018 a 2023 no valor de 6.077.456 euros, que corresponde a uma amortização de 59,7% do montante em dívida em 31 de dezembro de 2017.



euros

Orçamento de tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	Estimado	
RECEBIMENTOS	2 711 318	1 766 638	2 274 879	2 238 920	1 298 006	1 535 399	2 326 337	1 289 203	1 652 500	2 104 799	1 747 095	1 826 445	22 771 540
Quotas Recebidas	1 777 096	891 997	1 114 731	1 367 296	446 535	696 044	1 287 665	416 058	801 825	1 296 502	624 219	814 903	11 534 871
Ações Formação	8 117	14 517	354 285	6 517	11 317	11 317	248 091		8 117	9 717	314 161	3 317	989 470
Outras Receitas	833 681	805 409	744 023	808 608	780 484	765 219	734 768	815 554	778 192	735 999	729 694	853 667	9 385 298
Fundo de Pensões	92 424	54 715	61 840	56 500	59 670	62 820	55 813	57 590	64 367	62 582	79 021	154 559	861 901
PAGAMENTOS	1 628 144	1 707 656	1 986 702	1 823 581	1 716 913	1 893 356	2 379 172	1 520 124	1 748 879	1 665 119	2 131 043	2 262 651	22 463 340
Seguros	203 157	203 157	203 157	246 874	220 216	220 216	311 008	220 216	220 216	220 216	220 216	226 216	2 714 868
Fornecedores C/C	712 802	778 811	1 044 915	840 511	683 752	743 201	1 180 191	525 327	828 661	744 681	907 170	1 107 417	10 097 440
Fornecedores de Investimentos	39 837	39 837	84 837	84 837	92 337	92 337	69 837	69 837	62 337	62 337	39 837	39 837	778 041
Recursos Humanos/SS/IRS/FCT	421 744	421 534	447 692	442 572	425 310	627 150	587 061	425 823	421 417	419 167	671 321	597 920	5 908 711
Impostos	69 797	55 973	60 795	69 316	89 084	66 347	85 421	75 643	69 701	63 823	79 577	68 243	853 721
Pagamentos diversos	21 013	26 478	23 296	21 823	21 657	21 940	22 044	22 038	22 018	22 478	22 478	22 478	269 741
Membros - Fundo Social	10 500	10 500	10 500	10 500	10 500	10 500	10 500	10 500	10 500	10 500	10 500	10 500	126 000
Entregas Fundo Pensões	106 706	68 997	76 122	70 782	73 952	77 102	70 095	71 871	78 649	76 864	79 021	154 559	1 004 717
Financiamentos	11 349	78 022	11 362	11 368	78 041	11 381	11 388	78 061	11 401	11 407	78 081	11 420	403 281
Outros Gastos Financeiros	31 240	24 348	24 027	24 998	22 063	23 183	31 628	20 808	23 979	33 646	22 841	24 060	306 821
BALANÇO MÊS	1 083 173	58 982	288 177	415 340	-418 907	-357 957	-52 835	-230 922	-96 379	439 680	-383 948	-436 206	308 199
Saldo estimado a 31/12/2022:													
	292 446												
ACUMULADO MÊS	1 375 620	1 434 602	1 722 779	2 138 119	1 719 212	1 361 255	1 308 420	1 077 498	981 119	1 420 799	1 036 851	600 645	600 645
Saldo Aplicação Financeira:													
Banco Comercial Português	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	
TOTAL tesou. + dep. curto prazo													
Plafond disponível para utilização:													
Banco Comercial Português	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	
Santander	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	
Disponibilidade	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2023



Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa do período findo em 31/12/2023

euros

RUBRICAS	Previsional 31/12/2023	Previsional 31/12/2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Recebimentos de clientes e membros	21 909 639	22 727 785
Pagamentos a fornecedores	-13 082 049	-15 352 933
Pagamentos ao pessoal	-5 908 711	-5 281 557
Caixa geradas pelas operações	2 918 879	2 093 296
Outros recebimentos/pagamentos	-1 359 503	-1 472 231
Fluxos das atividades operacionais (1)	1 559 376	621 065
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-508 650	-1 940 990
Ativos Intangíveis	-269 391	-213 787
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		142 365
Juros e rendimentos similares		28
Fluxos das atividades de investimento (2)	-778 041	-2 012 383
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos de depósitos bancários	-365 990	-365 990
Juros e gastos similares	-69 856	-56 345
Financiamentos obtidos de locação financeira	-37 291	-37 837
Fluxos de atividades de financiamento (3)	-473 137	-460 171
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	308 199	-1 851 489
Caixa e seus equivalentes no início do período	542 446	2 393 936
Caixa e seus equivalentes no fim do período	850 645	542 446

Balanço Previsional em 31/12/2023

euros

Rubricas	Previsional 31/12/2023	Previsional 31/12/2022
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	22 823 212	23 814 240
Bens do património histórico e cultural	222 328	222 328
Ativos Intangíveis	2 052 815	841 966
Outros créditos e ativos não correntes	27 500	27 500
Subtotal	25 125 855	24 906 034
Ativo corrente		
Créditos a receber	2 116	2 116
Estado e outros entes públicos	9	19 288
Membros	1 538 761	1 520 701
Diferimentos	588 216	810 535
Ativos não correntes detidos para venda	1 496 628	1 496 628
Outros ativos correntes	107 947	174 494
Caixa e depósitos bancários	850 645	542 446
Subtotal	4 584 323	4 566 207
Total do ativo	29 710 177	29 472 241
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	20 815 817	20 815 817
Resultados transitados	-618 495	38 321
Reservas fundo de solidariedade social	7 363	133 363
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Subtotal	20 224 686	21 007 501
Resultado líquido do período	288 494	-656 815
Total dos fundos patrimoniais	20 513 180	20 350 686
PASSIVO		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	3 395 954	3 761 944
Subtotal	3 395 954	3 761 944
Passivo corrente		
Fornecedores	781 354	367 358
Estado e outros entes públicos	286 167	257 037
Financiamentos obtidos	365 990	365 990
Diferimentos	2 225 510	2 516 819
Outros passivos correntes	1 800 572	1 473 665
Passivos não correntes detidos para venda	341 452	378 743
Subtotal	5 801 043	5 359 612
Total do passivo	9 196 997	9 121 555
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	29 710 177	29 472 241



Demonstração Previsional dos Resultados por Naturezas

euros

Demonstração previsional dos resultados por naturezas	Orçamento 2023	Orçamento 2022	Previsional 2022	Orçamento Variação	Orçamento Variação %
Vendas e serviços prestados	20 301 998	18 077 326	18 924 617	2 224 672	12,3%
Subsídios à exploração			482		
Trabalhos para a própria entidade	327 138		167 569	327 138	
Custos das MVMC		-15 000	-5 409	15 000	-100,0%
Fornecimentos e serviços externos	-12 594 718	-13 167 553	-13 460 608	572 835	-4,4%
Gastos com o pessoal	-6 079 850	-5 591 733	-5 447 541	-488 118	8,7%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-96 000	-96 000	370 823		
Outros rendimentos	241 718	4 330 502	316 462	-4 088 784	-94,4%
Outros gastos	-280 486	-277 894	-383 118	-2 592	0,9%
Resultados antes depreciações, gastos de financiamento e impostos	1 819 799	3 259 648	483 278	-1 439 850	-44,2%
Gastos de depreciação e amortização	-1 461 449	-1 239 526	-1 082 949	-221 923	17,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	358 350	2 020 123	-599 671	-1 661 773	-82,3%
Juros e rendimentos similares obtidos		160	38	-160	-100,0%
Juros e gastos similares suportados	-69 856	-76 391	-57 182	6 536	-8,6%
Resultado antes de impostos	288 494	1 943 891	-656 815	-1 655 397	-85,2%
Resultado líquido do período	288 494	1 943 891	-656 815	-1 655 397	-85,2%

Conforme demonstração previsional dos resultados por naturezas apresentada, prevê-se que o resultado líquido do período do ano de 2023 ascenda a 288.494 euros.

Aprovado em reunião de Conselho Diretivo de 29 de novembro de 2022.

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Helena Costa	Álvaro Costa	Pedro Nuno Ferreira

XV. Parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2023

Nos termos das disposições estatutárias, mormente do disposto no art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, não compete ao Conselho Fiscal (CF) a emissão de Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (doravante apenas 'PAO 2023') anual da Ordem. No entanto, o Conselho Diretivo (CD) solicitou ao CF a emissão de Parecer sobre o PAO 2023.

O PAO 2023 assenta em três vetores estratégicos – “A Ordem dos membros, para os membros e com os membros”, “Reinvenção do contabilista certificado” e “Profissão de interesse público” – abrangendo o Plano de atividades, os Mapas previsionais de rendimentos e de gastos, o Plano anual de investimentos, o Balanço previsional em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 29.710.177 euros e um total dos fundos patrimoniais de 20.513.180 euros, incluindo um resultado líquido do período de 288.494 euros), a Demonstração previsional dos resultados por naturezas, a Demonstração previsional dos fluxos de caixa e o Orçamento de tesouraria, todos referentes ao período de 2023.

Para a concretização dos vetores estratégicos mencionados, encontra-se previsto um plano operacional, contemplando um conjunto de medidas e ações a realizar.

Verificámos a consistência e a adequação dos pressupostos e das estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos.

O trabalho que efetuámos, tendo em vista aferir se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes, incluiu a realização de indagações destinadas a avaliar a razoabilidade da apresentação da informação previsional.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do Parecer sobre o PAO 2023.

Com base no trabalho efetuado sobre a evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional dos documentos acima referidos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável relativamente àquela informação e que a mesma não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos normalmente adotados pela Ordem.

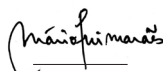

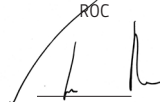


Por fim, advertimos que os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que as quantias reais poderão vir a ser diferentes das previstas e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Face ao exposto, o CF dá parecer favorável à aprovação pela Assembleia Representativa do Plano de Atividades e Orçamento para o período de 2023 apresentado pelo CD.

Lisboa, 29 de novembro de 2022.

O conselho fiscal

Presidente	Vogal	RÓC
		
Mário da Cunha Guimarães	Raquel Vandra da Mota Pinto	Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes

ORDEM DOS CO



Ordem dos Contabilistas Certificados

Avenida Barbosa du Bocage, 45 • 1049-013 Lisboa

Tel. 217 999 700 | Fax. 217 957 332

www.occ.pt | geral@occ.pt